



UMA INICIATIVA EAPN PORTUGAL

OBSERVATÓRIO
NACIONAL
luta contra a pobreza

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM
PORTUGAL
ANÁLISE DOS DADOS DO ICOR/EU-
SILC 2018

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE LUTA CONTRA A
POBREZA

outubro de 2019

ÍNDICE

SUMÁRIO	3
RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL	5
LIMIAR DE POBREZA E O RENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA	8
RISCO DE POBREZA MONETÁRIA	10
<i>GRUPOS VULNERÁVEIS</i>	12
<i>O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS NO RISCO DE POBREZA</i>	19
INTENSIDADE LABORAL MUITO REDUZIDA	21
PRIVAÇÃO MATERIAL SEVERA	24
POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL	27
A DISPERSÃO TERRITORIAL DA POBREZA OU DA EXCLUSÃO SOCIAL	31
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL	35
BIBLIOGRAFIA	38
ANEXO: LISTA DE SIGLAS E CÓDIGOS DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA	

Pobreza e Exclusão Social em Portugal

Análise dos dados do ICOR/EU-SILC 2018

SUMÁRIO

Em 2017 houve um aumento de rendimentos da população residente em Portugal, com repercussão nos diferentes quintis de rendimento, e levando a que o rendimento mediano registado tenha sido o mais elevado desde o início da aplicação deste inquérito. No entanto, Portugal permanece entre os países da União Europeia com rendimentos medianos mais baixos. Segundo os dados referentes a 2016, era necessário estar entre os 40% mais ricos da população portuguesa para ter um rendimento superior ao rendimento dos 20% mais pobres da União Europeia.

Os dados indicam também uma redução das desigualdades de rendimento no último ano que se verifica nos três indicadores de desigualdade analisados no ICOR / EU-SILC (S90/S10, S80/S20 e Coeficiente de Gini), e apontando para os níveis de desigualdade mais baixos desde 1994. No entanto, a desigualdade continua a ser elevada em Portugal. Cerca de 40% do rendimento equivalente nacional concentrava-se em 20% da população mais rica, enquanto que 20% da população mais pobre tinha apenas cerca de 8% do rendimento equivalente nacional, ou seja, o rendimento de 20% da população mais pobre é 5.2 vezes inferior ao rendimento de 20% mais rica (S80/S20). Se compararmos o rendimento de 10% mais pobre e 10% mais rica este valor sobe para 8.7. Assim, no contexto da União Europeia, Portugal apresenta-se no grupo dos países mais desiguais. Num grupo de 23 Estados-membros para os quais existem dados disponíveis à data de fecho deste relatório, Portugal é o 5º país com maior concentração de rendimento equivalente nacional entre os 20% mais ricos e o 8º país com valores mais elevados no indicador S20/S80 e no Coeficiente de *Gini*.

Com um aumento do rendimento disponível equivalente e uma redução dos níveis de desigualdade, Portugal apresenta uma redução importante da pobreza ou exclusão social que baixou de 23.3% em 2017 para 21.6% em 2018. Tal redução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social reflete a evolução que ocorreu em três dimensões: a incidência do risco de pobreza monetária foi de 17.3% em 2017 (-1 pp do que em 2016); a intensidade laboral muito reduzida foi de 7.2% em 2017 (-0.8 pp face à 2016); a privação material severa atingiu 6% da população em 2018 (menos 0.9 pp do que em 2017). Esta evolução claramente positiva para o combate à pobreza em Portugal não parece alterar significativamente a posição de Portugal no contexto da União Europeia que permanece com uma taxa de risco de pobreza e uma taxa de privação material severa acima da média estimada para a UE (16.9% e 5.8% respetivamente). Fica abaixo da média europeia na proporção de pessoas que vivem em agregados com intensidade laboral muito reduzida (9%), tal como tem vindo a ocorrer desde 2015. Relativamente ao risco de pobreza ou exclusão social, Portugal posiciona-se em 2018 abaixo da média da União Europeia, no entanto, a diferença é de apenas 0.1 pp.

Da mesma forma, a atual redução dos indicadores de pobreza ou exclusão social, apesar de ocorrer de forma transversal, abrangendo a maior parte dos grupos analisados, não altera significativamente os grupos mais vulneráveis a estes fenómenos:

- As mulheres têm um maior risco de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária relativamente aos homens. Apesar dos últimos dados apontarem para uma menor intensidade laboral muito reduzida e menor privação material das mulheres, será necessário conhecer os

resultados dos próximos anos para perceber se é uma inversão de uma tendência ou se é apenas uma alteração esporádica sem impacto na análise da evolução temporal destes dados.

- As crianças apresentam-se como o grupo com maior vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social e à pobreza monetária, situação recorrente desde 2007 (risco de pobreza) e 2008 (risco de pobreza ou exclusão social). Em 2018, 21.9% das crianças e jovens com menos de 18 anos estavam em situação de pobreza ou exclusão social e 19% estavam em risco de pobreza monetária. Na intensidade laboral muito reduzida, por outro lado, destaca-se uma população adulta até aos 60 anos (7.7%), sendo que este indicador apenas tem em conta a população dos 0 aos 59 anos. Em termos de privação material severa, por outro lado, é a população com 65 anos ou mais que apresenta, em 2018, uma proporção mais elevada (6.2%). Os resultados do ICOR / EU-SILC 2018 apontam para um aumento da vulnerabilidade dos mais velhos, sendo o único grupo etário que sofre um aumento da proporção de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária face ao inquérito de 2017.
- Importa também sublinhar a forte vulnerabilidade da população entre os 15 e os 24 anos que se encontra oculta pela apresentação de dados através de grandes grupos etários. Para estes pequenos grupos etários a vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social assume proporções muito superiores à média nacional: o risco de pobreza ou exclusão social é de 30.3% na população dos 15 aos 19 anos e de 25.8% na população dos 18 aos 24 anos; o risco de pobreza monetária é de 25.5% para os jovens dos 15 aos 19 anos e de 21.3% para os jovens dos 18 aos 24 anos; a privação material severa é de 7.5% para os jovens dos 15 aos 19 anos e 7.4% para os jovens dos 18 aos 24 anos. Apenas na intensidade laboral muito reduzida encontramos um grupo etário com uma taxa mais elevada à dos jovens. Em 2017, 16.7% dos adultos dos 55 aos 59 anos viviam em agregados com intensidade laboral muito reduzida. O segundo grupo com maior proporção de intensidade laboral muito reduzida era dos jovens dos 15 aos 19 anos (7.9%).
- Com uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social das crianças e dos jovens até aos 24 anos, compreende-se a vulnerabilidade dos agregados com crianças dependentes. Contudo, esta maior vulnerabilidade dos agregados com crianças dependentes ocorre especificamente no indicador da pobreza monetária, uma vez que nos restantes indicadores os agregados sem crianças dependentes apresentam taxas mais elevadas. No global destacam-se três tipologias de agregados com forte vulnerabilidade nos vários indicadores: os agregados com dois adultos e três ou mais crianças dependentes têm a maior taxa de risco de pobreza (31.6%) e de privação material severa (10.9%), a segunda maior taxa de risco de pobreza ou exclusão social (33.3%) e uma taxa de intensidade laboral muito reduzida superior a média nacional (7.7%); as famílias compostas por um adulto com crianças dependentes têm a maior taxa de pobreza ou exclusão social (36%) e a segunda maior taxa de risco de pobreza (28.3%), de intensidade laboral muito reduzida (15%) e de privação material severa (10.3%); e os adultos isolados que têm a maior taxa de intensidade laboral muito reduzida (16.7%) e a terceira maior proporção nos restantes indicadores.
- A população sem emprego mantém uma forte vulnerabilidade nos diferentes indicadores que compõe a pobreza ou exclusão social, em particular a população desempregada e outros inativos. A população desempregada é o grupo social onde o risco de pobreza ou exclusão social, o risco de pobreza e a privação material severa atingem os valores mais elevados (58.4%, 45.7% e 16.2% respetivamente), havendo simultaneamente um agravamento do risco de pobreza e da intensidade laboral muito reduzida face ao ano anterior.
- A taxa de trabalhadores pobres foi de 9.7%, sendo que 12.1% encontra-se em situação de pobreza ou exclusão social. Dentro dos trabalhadores destaca-se a vulnerabilidade dos que trabalham por conta própria: 25.7% esta em risco de pobreza e 26.5% está em risco de pobreza ou exclusão social.
- A população com baixos níveis de escolaridade, nomeadamente a que possui apenas o ensino básico, apresenta uma forte vulnerabilidade social e económica que se espelha em todos os

indicadores que compõem o risco de pobreza ou exclusão social. Efetivamente, quanto maior o nível de escolaridade, menor a proporção de pessoas em risco nos diferentes indicadores. Assim, 27.7% da população com ensino básico está em risco de pobreza ou exclusão social, comparativamente com 17.3% da população com ensino secundário e 6.8% da população com ensino superior.

- A existência de um grau de incapacidade é outro elemento que reforça a vulnerabilidade da população, sendo ainda mais elevada quando nos referimos a uma população com incapacidade severa: 32.8% da população com incapacidade severa está em risco de pobreza ou exclusão social, 24.5% está em risco de pobreza; 25.6% vive em agregados com intensidade laboral muito reduzida e 12.2% está em privação material severa.
- O risco de pobreza ou exclusão social é mais elevado junto da população com cidadania de um país terceiro (32.6%), tal como o risco de pobreza monetária, a intensidade laboral muito reduzida e a privação material severa. Note-se que há claramente uma distinção entre a população estrangeira extracomunitária e os estrangeiros provenientes de outros países da União Europeia. Este último grupo apresenta valores inferiores à média nacional e ao da população com nacionalidade portuguesa.
- A população arrendatária é outro grupo com forte incidência de pobreza e exclusão social nas suas diferentes dimensões, existindo uma forte distância entre a população arrendatária com renda a preço reduzido ou gratuita e os proprietários com hipoteca ou crédito habitação. Enquanto 40.6% dos arrendatários com renda a preço reduzido estão em risco de pobreza ou exclusão social, junto dos proprietários com hipoteca esta proporção desce para 12.4%
- Existe uma maior proporção de pobreza ou exclusão social nas áreas rurais (26.3%), assim como de pobreza monetária (22.5%) e de intensidade laboral muito reduzida (8.4%). No entanto, a pobreza urbana é também uma questão de grande importância. A maior parte da população em situação de vulnerabilidade social e económica encontra-se a residir nas áreas urbanas e é nesta tipologia de territórios que encontramos a maior taxa de privação material severa.
- Os dados do ICOR 2018 apresentam pela primeira vez resultados desagregados por regiões. Torna-se visível a forte incidência de pobreza e de exclusão social, nas suas diferentes dimensões, nas regiões autónomas com resultados que se distanciam claramente dos valores existentes nas regiões no território continental. A Região Autónoma dos Açores apresenta os valores mais elevados em todos estes indicadores. Dentro do território continental é a Região Centro que apresenta a maior taxa de risco de pobreza ou exclusão social, mas com uma pequena distância face a outras regiões. A Área Metropolitana de Lisboa, com rendimento mediano claramente superior às restantes regiões apresenta a menor taxa de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária. No entanto, a análise do risco de pobreza monetária com base num limiar calculado nos rendimentos regionais apresenta uma realidade muito distinta: a Região Autónoma da Madeira é a região que apresenta a maior taxa de risco de pobreza; no território continental é a Área Metropolitana de Lisboa que possui a maior proporção de pessoas em risco de pobreza monetária.

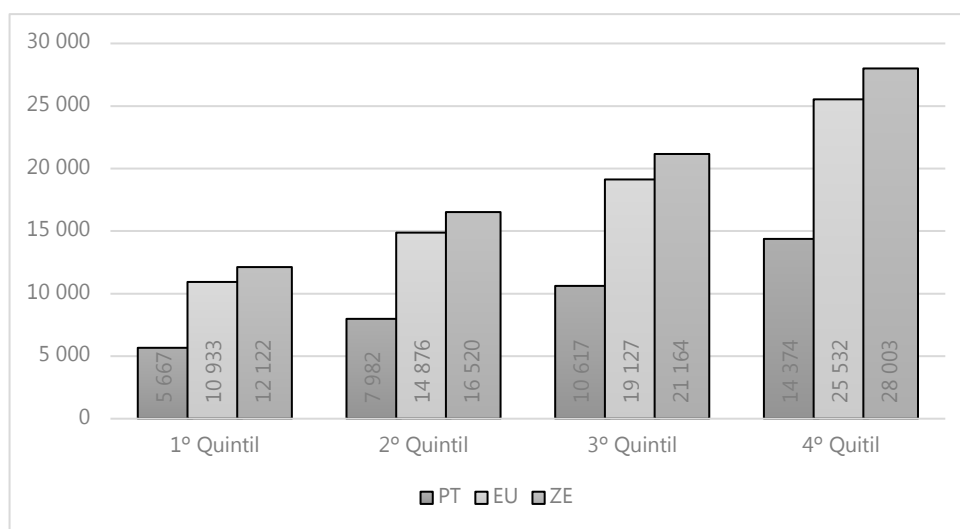
RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO EM PORTUGAL

Em 2017 verificou-se um aumento generalizado nos rendimentos da população residente em Portugal. Tendo em conta os **quintis de rendimento**, que divide a população em cinco partes iguais, verifica-se que para 20% da população com menores rendimentos o valor máximo do rendimento mediano disponível por adulto equivalente foi de 5 940€ anuais (495€ mensais), mais 273€ anuais que em 2017, ou

seja, um aumento de 4.8%. Os restantes quintis de rendimento para os quais existem dados¹ sentiram igualmente um aumento do valor máximo, ainda que equivalendo a proporções mais baixas. Sublinhe-se ainda que desde 2014 há aumentos consecutivos do rendimento para os diferentes quintis, tendo atingindo em 2017 os valores mais elevados registados através do ICOR / EU-SILC.

Se o cenário de aumento dos rendimentos, nomeadamente dos escalões mais baixos, é claramente positivo para o combate à pobreza ao nível nacional, devemos, no entanto, enquadrar esta análise no contexto da União Europeia. Neste campo verificamos que o aumento dos rendimentos não retira Portugal do grupo de países com rendimentos mais baixos. De facto, calculando o rendimento máximo de cada quintil de rendimento em padrão de poder de compra (PPC), o que permite maior grau de comparabilidade entre os diferentes Estados-membros (EM), verificamos que em 2016 Portugal era o 8º país com menor valor máximo de rendimento do 1º e do 2º quintil, o 9º país com menor valor máximo do 3º quintil de rendimento e o 10º relativamente ao 4º quintil. Analisando os dados disponíveis para 2017, tendo em conta os 23 EM com dados divulgados até ao momento de finalização deste relatório², Portugal permanece como o 8º país com menores rendimentos no 1º, 2º e 4º quintil e como 7º país com menor rendimento no 3º quintil. Isto significa que para os 4 primeiros quintis de rendimento, que engloba 80% da população portuguesa, os rendimentos máximos são dos mais baixos da União Europeia. De facto, tal como os dados de 2016 demonstravam³, era necessário estar no 4º quintil de rendimento em Portugal para ter um rendimento superior ao 1º quintil de rendimento da União Europeia ou da Zona Euro, ou seja, era necessário estar entre os 40% mais ricos da população portuguesa para ter um rendimento superior ao rendimento dos 20% mais pobre da União Europeia.

Gráfico 1: Distribuição de rendimentos por quintil de rendimento em 2016 (€)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_di01)

Os dados do Eurostat não permitem a análise do rendimento máximo do 5º quintil, ou seja, 20% da população mais rica. No entanto, permitem compreender a proporção do rendimento equivalente nacional em cada quintil e este é um dado que aponta claramente para as desigualdades de rendimento

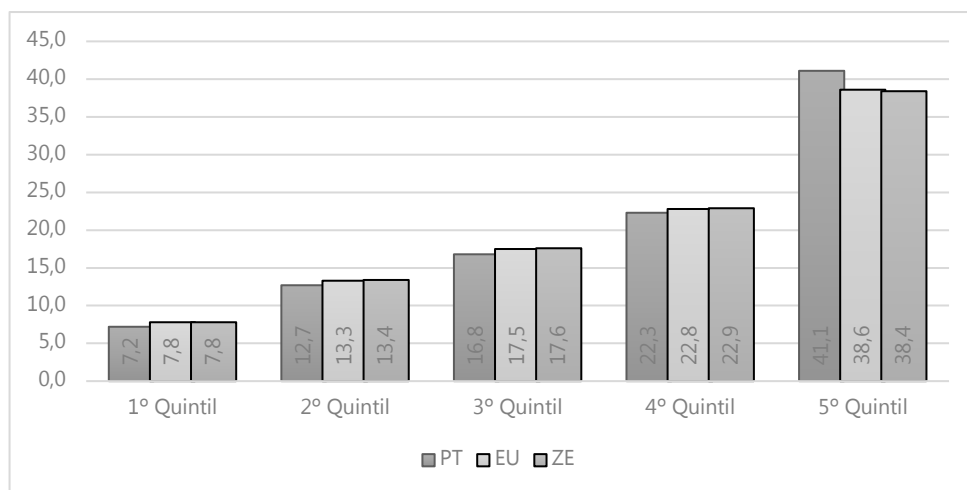
¹ O INE e o Eurostat não disponibilizam informação sobre o rendimento mais elevado do último quintil de rendimento, ou seja, relativamente aos 20% mais ricos da população.

² À data de 14 de outubro, o Eurostat disponibilizava dados do EU-SILC 2018 para os seguintes EM: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Suécia.

³ Uma vez que não é disponibilizada a média para a União Europeia em PPC, este último dado refere-se aos rendimentos em euros (€).

existentes em Portugal. De facto, em 2016, mais de 41% do rendimento equivalente nacional encontrava-se no 5º quintil, sendo Portugal o terceiro país da UE com maior proporção do rendimento equivalente nacional nesse quintil. Apenas a Bulgária e a Lituânia apresentavam valores superiores ao de Portugal. Pelo contrário, nos restantes quintis de rendimento as proporções encontradas em Portugal eram inferiores as médias europeias.

Gráfico 2: Proporção do rendimento equivalente nacional por quintil de rendimento (%)

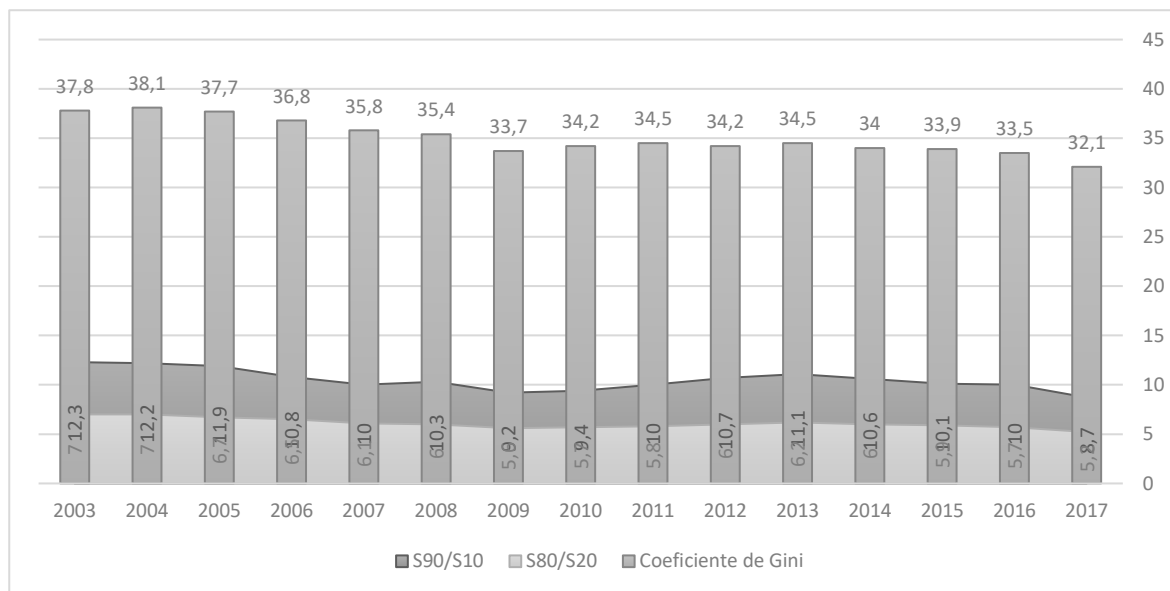


Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_di01)

Os dados de 2017 apontam para alguma redução das desigualdades, com uma redução da concentração de rendimento no quinto quintil, passando para 40,2%, e um aumento nos restantes quintis de rendimento. Estes dados são coerentes com os resultados de outros três indicadores de desigualdade: **S90/S10; S80/S20; Coeficiente de Gini**. Nestes três indicadores, Portugal apresenta uma evolução positiva, com uma redução dos níveis de desigualdade. Segundo estes indicadores, os dados apontam para os níveis mais baixos de desigualdade registados desde 1994. Em 2017 o rendimento de 20% da população com maiores rendimentos era 5,2 vezes superior ao de 20% da população com menores recursos em Portugal. Em 2016 esta proporção era de 5,7 e, em 2013, o período em que a crise económica fazia disparar muitos dos indicadores de pobreza e exclusão social em Portugal, esta proporção era de 6,2. A redução é ainda maior quando considerada apenas 10% da população com maiores rendimentos e 10% com menores rendimentos. Em 2017, o S90/S10 foi de 8,7, menos 1,3 pontos que em 2016 e menos 2,4 do que em 2013. O Coeficiente de *Gini* registou o valor de 32,1%, menos 1,4 pontos percentuais (pp) do que em 2016.

Esta é uma evolução claramente positiva em termos de combate à pobreza. No entanto, não podemos esquecer que o problema das desigualdades em Portugal continua a ter uma forte dimensão, permanecendo entre os países da União Europeia mais desiguais. Tendo em conta os 23 Estados-Membros (EM) referidos anteriormente, Portugal permanece como o 8º país com maior distância entre os rendimentos de 20% da população mais rica e 20% mais pobre, posição semelhante a que ocupava em 2016, considerando todos os EM ou apenas os 23 EM. No caso do coeficiente de Gini, Portugal desce do 5º lugar dos países da EU com maior nível de desigualdade para o 8º (entre 23 EM).

Gráfico 3: Indicadores de desigualdade social em Portugal entre 2003 e 2017 (S90/S10, S80/S20, Coeficiente de Gini)



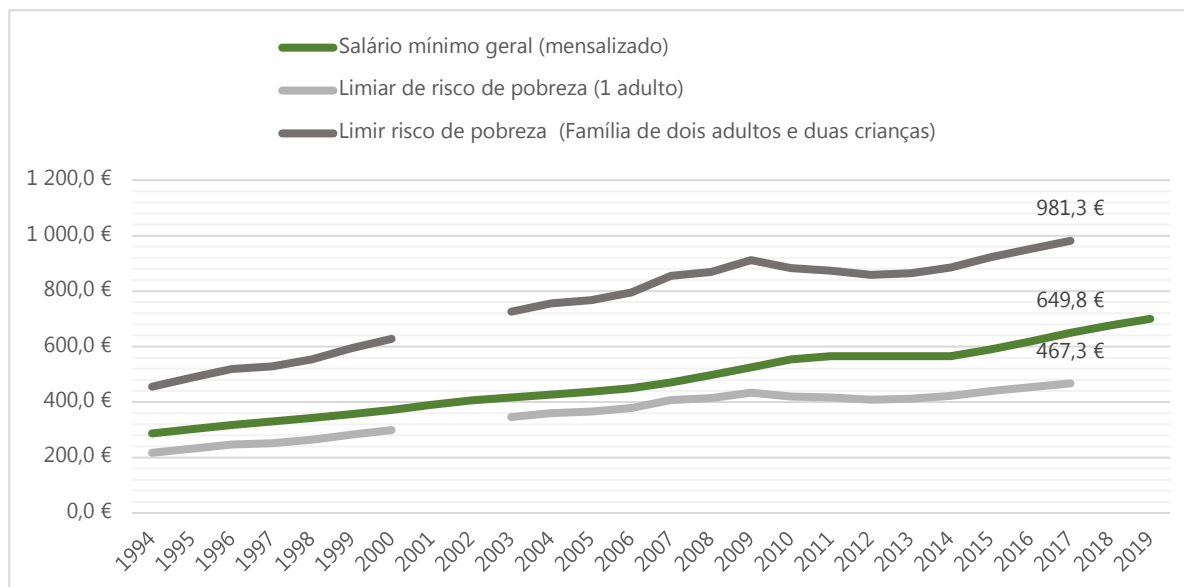
Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento; Eurostat, EU-SILC (ilc_di11) (ilc_di12)

LIMIAR DE POBREZA E O RENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Com um aumento dos rendimentos da população portuguesa, houve consequentemente um aumento do **limiar de risco de pobreza**. Segundo os rendimentos de 2017, estava em situação de risco de pobreza quem usufruía de um rendimento disponível por adulto equivalente de 5 607€ anuais (467€ mensais). Um agregado composto por dois adultos e duas crianças com menos de 14 anos estaria em risco de pobreza caso o rendimento disponível do agregado fosse inferior a 11 776€ anuais (981.3€ mensais), um valor muito superior ao salário mínimo nacional (SMN) mensalizado que em 2017 era 649.8€. De facto, tal como o ONLCP tem sublinhado em relatórios anteriores⁴, permanece uma aproximação perigosa do SMN ao limiar de risco de pobreza, que juntamente com a precaridade laboral, leva a que Portugal permaneça com taxas elevadas de trabalhadores pobres. Importa, no entanto, sublinhar o aumento do SMN que tem vindo a ocorrer ao longo dos últimos anos. Trata-se de um aumento dos rendimentos com impacto positivo sobretudo na população com rendimentos mais baixos. Segundo os dados disponíveis na PORDATA, entre 2017 e 2019, o SMN mensalizado aumentou em quase 50€, sendo em 2019 de 700€. Importará perceber se este aumento do SMN implicará efetivamente um afastamento ao limiar de risco de pobreza por parte da população trabalhadora.

⁴ Ver sobre este tema o [BOLETIM #1, A OUTRA FACE DA RECUPERAÇÃO DO EMPREGO: PRECARIÉDADE E POBREZA NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL](#), publicado pelo ONLCP em dezembro de 2018.

Gráfico 4: Evolução do limiar de pobreza para um adulto e uma família de dois adultos e duas crianças (valores mensais) e do SMN mensalizado, em Portugal (€)

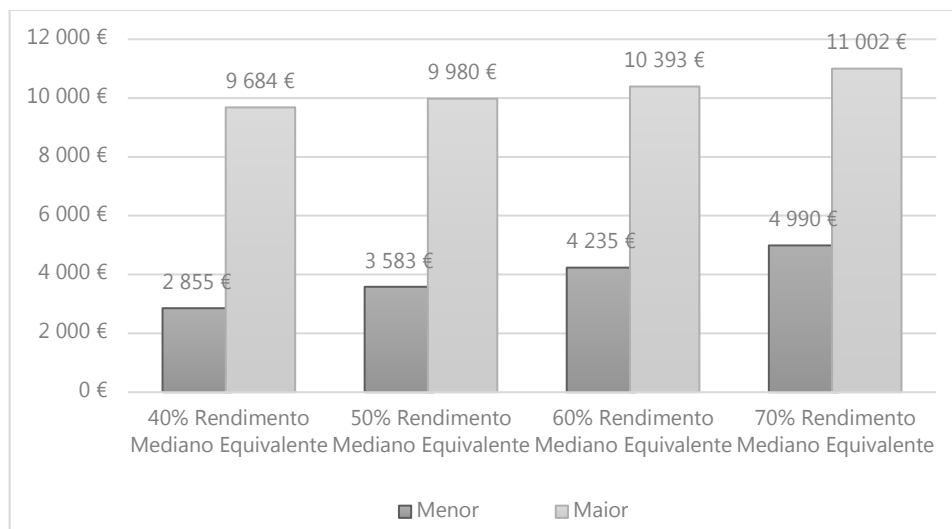


Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_li01); Pordata, DGERT/MTSSS

O aumento de rendimentos da população portuguesa, que implicou um aumento do limiar de risco de pobreza, é também perceptível junto da população em situação de pobreza. Em 2017, o **rendimento mediano disponível de um adulto em situação de pobreza**, a residir sozinho, era de 352.91€ mensais (4235€ anuais), mais 21,66€ mensais do que em 2016 e mais 66.24€ relativamente a 2013. Se compararmos o aumento de rendimentos da população em risco de pobreza e da população sem esse tipo de vulnerabilidade, verificamos que o aumento teve maior peso junto da população pobre. De facto, em 2017 o rendimento mediano desta população aumentou 6.5% face ao rendimento de 2016, enquanto que para a população que se encontra acima do limiar de pobreza o aumento de rendimento correspondeu a 1.8%.

Este aumento foi ainda mais importante junto da população com rendimentos mais baixos, nomeadamente a da população cujo rendimento está abaixo de um limiar de 40% do rendimento mediano por adulto equivalente. Esta população teve um aumento do seu rendimento anual correspondente a 8.5% do rendimento de 2016, aumento este que teve impacto na **intensidade da pobreza**, considerando quer o limiar de pobreza estabelecido como 60% da mediana, quer um limiar mais baixo de 40% da mediana. Entre 2016 e 2017, a intensidade da pobreza diminuiu 2.5 pp para o limiar de 60% e 3.9 pp para um limiar de 40% da mediana, passando para 24.5% e 23.6% respetivamente. Note-se ainda que a percentagem da população com um rendimento inferior a 40% do limiar de pobreza tem vindo a diminuir desde 2014, altura que abrangia 8.2% da população portuguesa. Apesar dessa evolução claramente positiva, importa sublinhar que, em 2017, 6% da população sobrevivia com um rendimento mediano de apenas 237.91€ mensais, ou seja, cerca de 615 mil pessoas viviam com um rendimento claramente insuficiente para fazer face a necessidades básicas como alojamento e alimentação.

Gráfico 5: Rendimento mediano por adulto equivalente por limiar de risco de pobreza em Portugal, 2017 (€)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_di02)

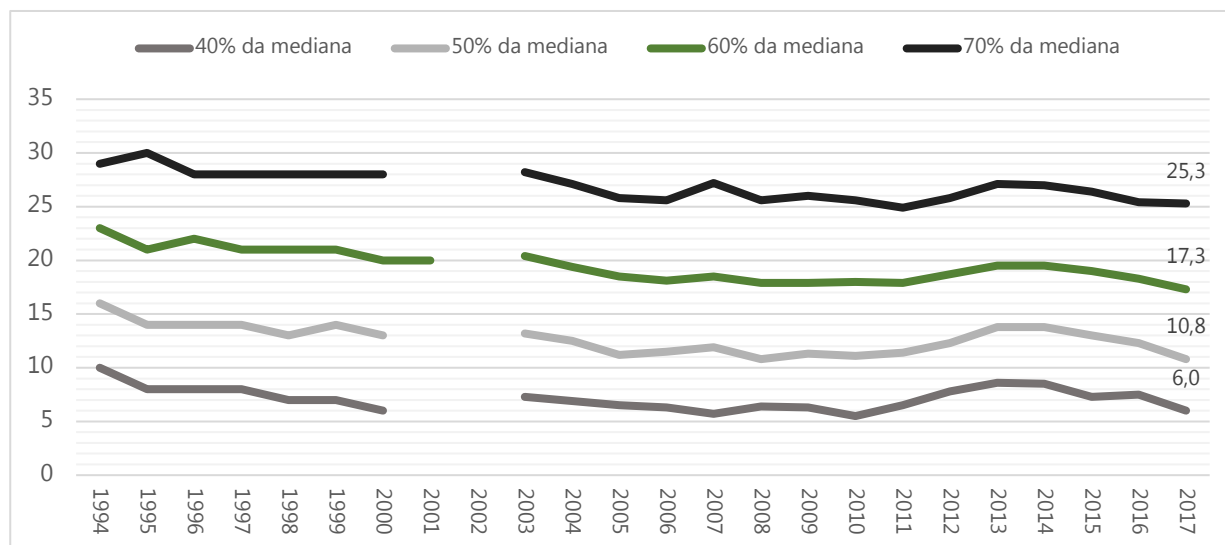
RISCO DE POBREZA MONETÁRIA

Num cenário de aumento do rendimento mediano da população em Portugal sem o respetivo aumento de rendimento da população nos escalões de rendimento mais baixos e sem uma redução dos níveis de desigualdade poderia levar a um aumento do risco de pobreza. De facto, a subida do limiar de risco de pobreza poderia implicar a entrada em risco de pobreza de uma parte da população que em 2016 possuía rendimentos pouco acima do limiar. Situação oposta ocorreu durante o período de crise económica quando uma redução dos rendimentos e a descida do limiar de pobreza entre 2010 e 2012 levou a diminuição da taxa de risco de pobreza ou a um aumento inferior ao que poderia ser expectável. Pelo contrário, a subida do limiar de risco de pobreza que os dados demonstram para 2017 foi acompanhada efetivamente pelo aumento de rendimentos medianos, pela diminuição nos indicadores de desigualdade, pela diminuição da intensidade de pobreza e, paralelamente, por uma redução do risco de pobreza. Em 2017, 17.3% da população residente em Portugal estava em **risco de pobreza**, equivalendo a cerca de 1,78 milhões de pessoas, uma redução em 1 pp face a 2016 e cerca de menos 110 mil pessoas. Estes dados marcam também simultaneamente a menor taxa de risco de pobreza e o menor número de pessoas em risco de pobreza registados em Portugal pelo INE⁵.

Esta redução face ao período homólogo também se verifica quando são analisados **diferentes limiares de pobreza** (40%, 50%, 60% ou 70% da mediana). No entanto, é utilizando um limiar de 70% da mediana que verificamos a redução menos significativa dos dados (apenas menos 0.1 pp) face a 2016, indicando que uma parte significativa da população que saiu do risco de pobreza (utilizando o limiar de 60% da mediana) permanece com rendimentos próximos do limiar de risco de pobreza. De facto, 8% da população em Portugal, em 2017, tinha um rendimento que, no máximo, era 16.7% superior ao limiar de pobreza, equivalendo (no máximo) a mais 77.9€ mensais que o limite para ser considerada como estando em situação de pobreza.

⁵ São divulgados pelo INE e/ou pelo Eurostat dados sobre a taxa de risco de pobreza em Portugal desde 1994 e dados sobre o número de pessoas em risco de pobreza desde 2004.

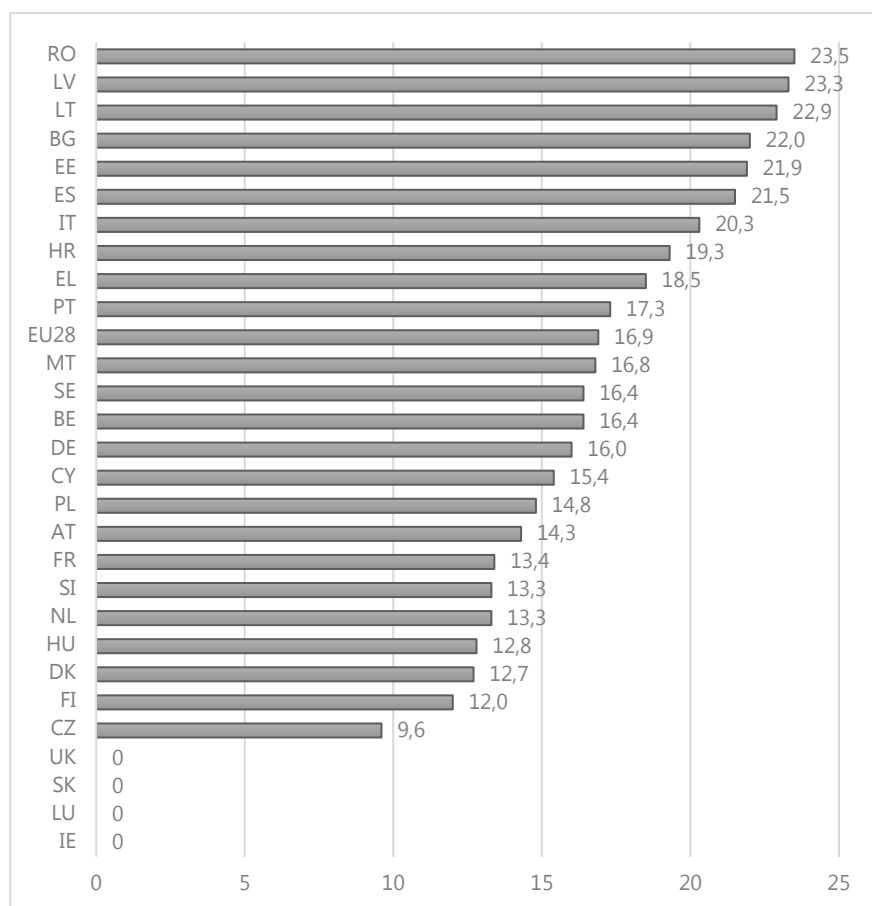
Gráfico 6: Taxa de risco de pobreza por limiar de risco de pobreza em Portugal (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_di02)

No contexto da União Europeia, Portugal permanecia, em 2016, com uma taxa de risco de pobreza superior à média europeia (+1.4 pp) e era o 11º com maior proporção da população nesta situação de vulnerabilidade económica. Em 2017 Portugal mantém-se acima da média da UE (estimativa de 16.9%) e o 10º país com maior incidência de pobreza monetária. Sublinhe-se ainda que permanece um número significativo de países onde mais de um quinto da população está em risco de pobreza, atingindo 23.5% da população na Roménia.

Gráfico 7: Taxa de risco de pobreza na União Europeia em 2017 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_li02)

Nota: lista com as siglas / códigos dos países em anexo

GRUPOS VULNERÁVEIS

A redução da taxa de risco de pobreza é perceptível na maior parte das variáveis de análise, ou seja, nos diferentes grupos sociais analisados por este inquérito verifica-se maioritariamente uma redução do risco de pobreza. Por outro lado, é também visível uma estabilidade nos grupos sociais mais vulneráveis, situação que em muitos casos mantém-se desde o início da recolha destes dados.

Tabela nº 1: Taxa de risco de pobreza em Portugal (%)

Taxa de risco de pobreza monetária			
Ano de referência do rendimento	2017	2016	2015
Limiar de risco de pobreza (€)	5607	5443	5269
Total	17,3	18,3	19
<i>Género</i>			
H	16,6	17,8	18,2
M	17,9	18,7	19,6
<i>Grupo Etário</i>			
<18	19	20,7	22,4
18-64	16,7	18,1	18,2
65 anos ou mais	17,7	17	18,3

<i>Agregado familiar doméstico</i>			
<i>Agregados sem crianças dependentes</i>	16,4	16,9	16,8
Um adulto sem criança dependente	26,1	25,4	26,3
Dois adultos sem criança dependente	15,9	16,6	16,2
Três ou mais adultos	11,5	12,5	12,8
<i>Agregados com crianças dependentes</i>	18,1	19,7	21
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	28,3	33,1	31,6
Dois adultos e uma criança dependente	12,4	12,4	15
Dois adultos e duas crianças dependentes	15,1	16,9	17
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	31,6	41,4	42,7
Três ou mais adultos com crianças dependentes	22,0	23,1	24,7
<i>Condição perante o trabalho (18 anos ou mais)</i>			
<i>Total em emprego</i>	9,7	10,8	10,9
Por conta de outrem	7,7	7,8	8,2
Por conta própria	25,7	31,8	29,6
<i>Total sem emprego</i>	24,8	25,1	25,4
Desempregado	45,7	44,8	42
Reformado	15,7	15,1	16
Outros inativos	30,8	32,3	31,2
<i>Nível de escolaridade (18 anos ou mais)</i>			
Até ensino básico (ISCED 0-2)	22,3	23,2	24,1
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	12,8	13,6	12,2
Ensino superior (ISCED 5-8)	4,5	4,5	4,7
<i>Nacionalidade (18 anos ou mais)</i>			
Nacionalidade portuguesa	16,9	17,7	18
Total nacionalidade estrangeira	17,1	27,1	32,9
Extracomunitária	19,7	33,6	36,6
Outro país UE28	8,2	6,8	18
<i>Grau de incapacidade (16 anos ou mais)</i>			
Total (16 anos ou mais)	17,1	18,2	18,5
Nenhum	14,4	16,1	16,0
Algum	21,5	21,5	22,3
Severo	24,5	24,8	27,1
Algum ou Severo	22,2	22,4	23,5
<i>Regime de ocupação da habitação</i>			
Proprietários e alojamentos cedidos gratuitamente	15,1	16,1	16,7
Arrendatários	27,9	29,3	30,2
<i>Grau de urbanização do território</i>			
Áreas densamente povoadas	15,3	17,8	17,3
Áreas medianamente povoadas	15,6	15,1	16,9
Áreas pouco povoadas	22,5	22,9	24

Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_li02) (ilc_li03) (ilc_li04) (ilc_li07) (ilc_li08) (ilc_li31) (ilc_li43) (hlth_dpe020)

Apesar da redução do risco de pobreza ser transversal aos homens e mulheres, a população feminina continua com uma maior vulnerabilidade à pobreza, o que se verifica desde 2003 e é semelhante ao que ocorre na quase totalidade dos Estados-Membros da União Europeia.⁶ Simultaneamente, a redução da taxa de pobreza junto da população masculina, em 2017, foi superior à da população feminina, indicando um aumento das desigualdades de **género** nesta dimensão da vulnerabilidade em Portugal.

No caso dos grupos etários, é junto das crianças que continua a se verificar uma maior vulnerabilidade à pobreza, situação que persiste desde 2007, altura em que a população idosa deixou de ter a maior taxa de pobreza. A alteração que ocorre a partir de 2007 prende-se sobretudo com uma consistente

⁶ A exceção verifica-se na Grécia que segundo os dados de 2016 e 2017 mantém taxas de risco de pobreza semelhantes para estes dois grupos.

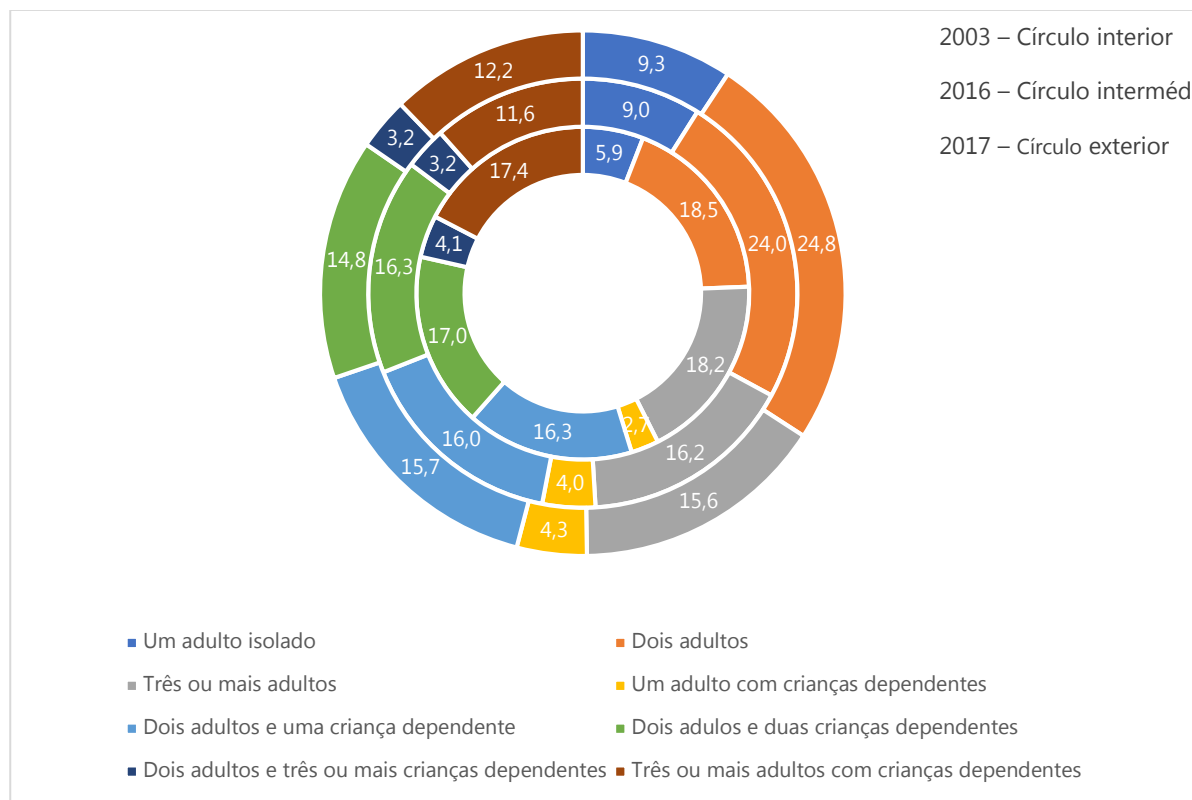
diminuição do risco de pobreza dos idosos que atingia no início desta série, em 2003, 28.9% desta população. De facto, entre 2003 e 2017 o risco de pobreza entre idosos diminuiu 11,2 p.p. enquanto que junto das crianças esta taxa apenas reduziu 5.6 pp. Para a população dos 18 aos 64 anos o recuo da vulnerabilidade à pobreza ao longo deste período foi ainda menos impactante: menos 0.3 pp. Analisando apenas a evolução dos dados no último ano, verificamos no entanto um aumento do risco de pobreza dos idosos (+0.7 pp) e uma redução nos restantes grupos etários, sendo mais significativa a redução da pobreza infantil (-1.7 pp).

A leitura do risco de pobreza por grupo etário deve ser complementada pela análise dos **agregados familiares domésticos**. De facto, existe claramente um maior risco de pobreza junto dos agregados com crianças dependentes, e em particular junto dos agregados com apenas um adulto com crianças dependentes e dos agregados com dois adultos e três ou mais crianças dependentes, sendo igualmente duas tipologias que apresentam forte incidência de risco de pobreza para a média da União Europeia (35.4% e 25.5% respetivamente). Remetendo-nos aos dados nacionais para 2017 verificamos que o risco de pobreza abrange mais de um quinto destes agregados, ou seja, 31.6% dos agregados com três ou mais crianças dependentes e 28.3% dos agregados de um adulto com crianças dependentes. No entanto, apesar destes números serem muito elevados, é também importante sublinhar que foi junto destas duas tipologias de agregado doméstico que encontramos uma maior redução do risco de pobreza entre 2016 e 2017. No caso das famílias mais numerosas (dois adultos e três ou mais crianças) verificou-se uma redução em 9.8 pp e nas famílias monoparentais (um adulto com crianças dependentes) de 4.4 pp.

Da mesma forma que os dados sobre a pobreza infantil (19%) estão claramente relacionados com a elevada incidência do risco de pobreza junto das famílias com crianças dependentes, o aumento do risco de pobreza junto da população com 65 anos ou mais parece estar relacionado com o aumento da vulnerabilidade dos agregados isolados, ou sejam compostos por apenas um adulto. Em 2017, a taxa de risco de pobreza dos adultos que residem sozinhos aumentou de 25.4% para 26.1%, estando acima da média da UE (25.9%) Analisando de forma mais detalhada esta tipologia de agregado doméstico percebemos que este aumento ocorreu especificamente junto dos idosos e das mulheres, em ambos os casos o risco de pobreza passou de 25.6% para 27.7%. Ao mesmo tempo que verificamos um aumento do risco de pobreza dos agregados isolados, encontramos também um aumento da população a residir neste tipo de agregado. Em 2017, 9.3% da população em Portugal vivia sozinha, mais 0.3 pp que no período homólogo e mais 3.4 pp do que em 2003⁷. Tendo como referência apenas a população em situação de pobreza, o peso desta população a residir sozinha é ainda maior, tendo passado de 12.4% em 2016 para 14.1% em 2017. De facto, entre 2003 e 2017 verificamos alterações importantes na estrutura familiar tanto da população em geral, como especificamente da população em situação de pobreza, com um aumento gradual da população sem crianças dependentes. Há também um aumento significativo da percentagem da população a residir em agregados composto por apenas um adulto com crianças dependentes e uma redução dos agregados compostos por dois adultos com pelo menos dois filhos.

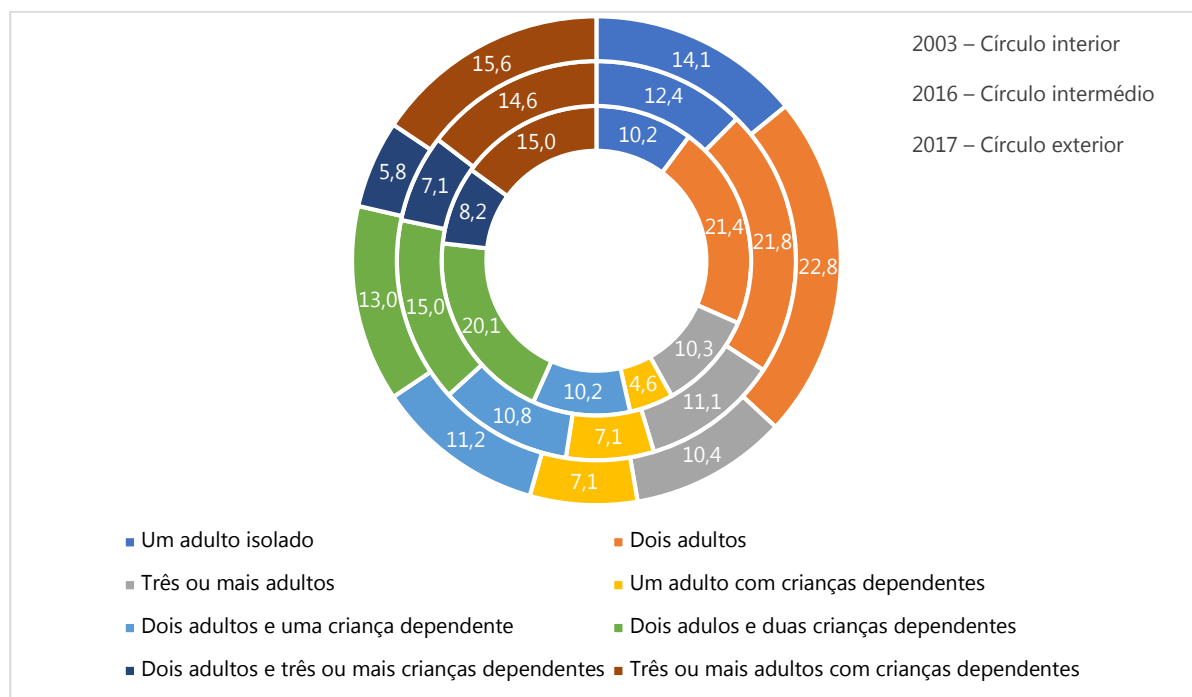
⁷ Um aumento semelhante verifica-se nos agregados compostos por apenas uma mulher (+0.2 pp face a 2017 e +2.2 pp face a 2003) e por apenas um adulto com 65 anos ou mais (+0.1 pp face a 2017 e 1.6 face a 2003).

Gráfico 8: Distribuição da população residente em Portugal por tipologia de agregado doméstico (2003, 2016 e 2017)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_lvps02)

Gráfico 9: Distribuição da população em risco de pobreza monetária por tipologia de agregado doméstico (2003, 2016 e 2017)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_lvps02)

Uma alteração da estrutura familiar que não é totalmente perceptível nas tipologias de agregados é a percentagem de adultos entre os 25 e os 34 anos que residem com os pais. Estes jovens são contabilizados como adultos e poderão estar distribuídos por diferentes tipologias de agregados, ou seja, tanto nos agregados sem crianças dependentes (dois adultos ou três ou mais adultos) como nos agregados com crianças dependentes (dois adultos com crianças dependentes e três ou mais adultos com crianças dependentes). De facto, nos agregados composto por dois adultos com crianças dependentes poderão estar incluídas também as famílias monoparentais em que um dos filhos tem mais de 24 anos.

Segundo os dados dos inquéritos entre 2004 e 2018, verificamos um aumento significativo de adultos dos 25 aos 34 que residem com os pais, passando de 36.9% para 45.5% em 2018. Note-se que em 2010 a percentagem de jovens a residir com os pais atingiu o valor mais elevado (46.8%) e tendo reduzido para 44.5% em 2012, em plena crise económica e social em Portugal. A emigração dos jovens durante este período é claramente um elemento a ter em conta na compreensão da redução que ocorreu esse ano.

A precaridade laboral, aliado aos baixos salários e ao desemprego, permite-nos compreender uma saída tardia dos jovens da casa dos pais. Efetivamente, apenas 8.9% destes jovens ainda se encontravam a estudar. Mais de 70% encontrava-se a trabalhar, sendo que 65.7% trabalhava a tempo inteiro. Entre 2004 e 2018 diminuiu a percentagem de jovens entre os 25 e os 34 anos a trabalhar a tempo inteiro (-3.1 pp), aumentou a proporção de jovens a trabalhar a tempo parcial (+2.3 pp) e diminuiu a percentagem de jovens com contrato sem termo (-10.4 pp), aumentando consequentemente os empregados com contrato a termo (+10.4). A proporção de desempregados, por outro lado, era de 15.7% em 2018. Num contexto de maior precarização do mercado de trabalho a perspetiva de desemprego acarreta também maiores riscos. Em 2018, apenas 28.9% dos desempregados a procura de novo emprego recebiam subsídio de desemprego. No caso dos jovens entre os 15 e os 34 anos, esta percentagem desce para 16.9%, uma proporção que tem vindo a diminuir desde 2012.

Tabela 2: Proporção de desempregados à procura de novo emprego que recebe subsídio de desemprego por grupo etário (%)

	Total	15 - 34 anos	35 - 44 anos	45 e mais anos
2018	28,9	16,9	31,1	37,6
2017	27,9	18,9	29,6	34,1
2016	28,9	20,7	28,9	35,2
2015	32,5	22,3	29,2	42,4
2014	35,7	23,3	36	46,5
2013	38,2	26,6	42,3	46,9
2012	36,7	28,1	39,6	44,5
2011	35,6	25,3	39,5	44,4

Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Assim, apesar de um contexto geral de redução do risco de pobreza e de diminuição da taxa de desemprego, houve um aumento da incidência do risco de pobreza junto da **população em situação de desemprego** face a 2016, tal como se verificou nos anos anteriores e confirma uma tendência que existe desde 2003. Note-se que em 2003, 32% dos desempregados estavam em risco de pobreza. Em 2011, esta percentagem tinha aumentado 6.3 pp, atingindo 38.3% dos desempregados. Em 2017, 45.7% dos desempregados com mais de 18 anos estavam em risco de pobreza.

A população **sem emprego** continua a ser o grupo onde o risco de pobreza monetária é maior, abrangendo quase um quarto desta população (24.8%), comparativamente a 9.7% da população em emprego. Dentro da população sem emprego destaca-se a população desempregada e os outros inativos. Mais de 30% dos outros inativos estavam em risco de pobreza em 2017, tendo tido uma redução de 1.5 pp face a 2016. O grupo dos reformados é, entre os sem emprego, o grupo com menor risco de pobreza

(15.7%), no entanto, sublinhe-se um aumento desta taxa face a 2016. O aumento do risco de pobreza junto do reformado permite uma melhor compreensão do aumento do risco de pobreza entre a população com 65 anos ou mais.

O **emprego** continua a ser um fator-chave de proteção à pobreza, nomeadamente o emprego por conta de outrem. A taxa de risco de pobreza da população empregada por conta de outrem foi, em 2017, de 7.7%, enquanto para a população por conta própria o risco de pobreza foi de 25.7%, ou seja, mais do triplo do risco de pobreza dos empregados por conta de outrem. Note-se que a população empregada por conta própria é um grupo heterogéneo que engloba, por exemplo, empresários, profissões liberais e falsos recibos verdes. Comparativamente com o contexto da União Europeia, em 2016, Portugal era o sexto país com maior risco de pobreza junto da população em emprego, o nono país com maior risco de pobreza da população empregada por conta de outrem e o segundo relativamente a população por conta própria. Segundo os dados apurados para 2017, Portugal é sétimo país com maior risco de pobreza da população a trabalhar por conta de outrem e o terceiro relativamente a população por conta própria. Apesar de ter diminuído a distância face à média da União Europeia, Portugal continua a ter uma taxa de trabalhadores pobres superior à média Europeia (9.2%).

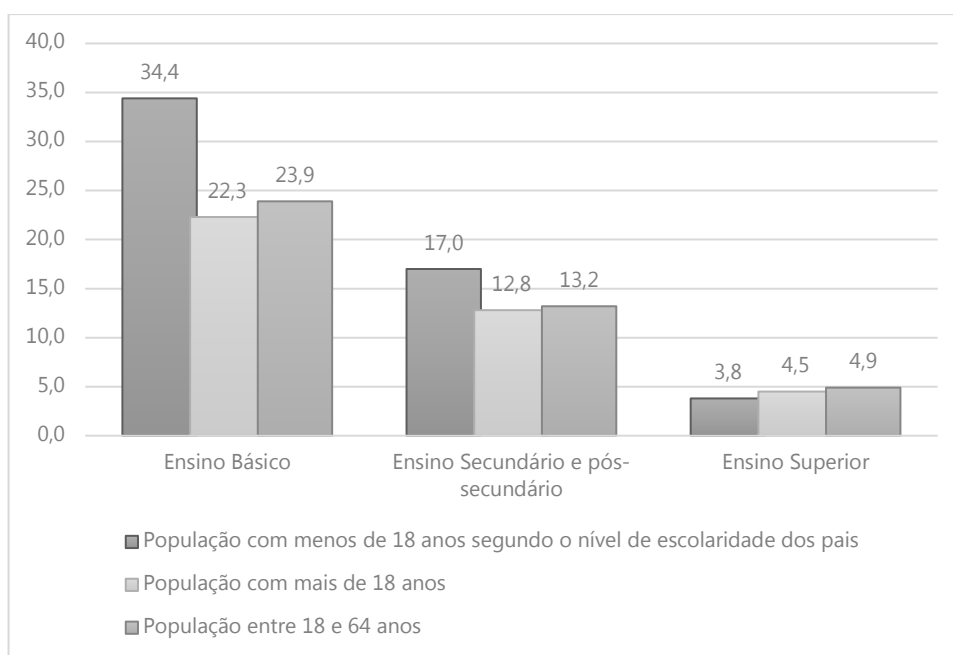
Tal como é perceptível pela comparação entre o risco de pobreza dos trabalhadores e da população inativa, a intensidade laboral dos agregados tem um forte impacto no risco de pobreza. Quanto menor o tempo de trabalho do agregado face ao potencial de horas trabalháveis, maior o risco de pobreza. Cerca de 65% das pessoas que residem em **agregados com intensidade laboral muito reduzida** estão em risco de pobreza, assim como cerca de 50% dos que vivem em agregados com intensidade baixa e 36% com intensidade laboral média. Estes valores são ainda mais elevados nos agregados com crianças dependentes: 79%, 59% e 42% respetivamente. No entanto, mesmo os agregados em que a intensidade laboral é muito alta não estão totalmente imunes ao risco de pobreza (5.2%) e a redução do risco de pobreza junto desta população foi de apenas 0.6 pp face a 2016. Na população em agregados com intensidade laboral muito reduzida assistiu-se a um forte aumento da incidência do risco de pobreza (6.6 pp).

Com um importante impacto do emprego na proteção ao risco de pobreza, a **população com algum grau de incapacidade** e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção laboral apresenta risco de pobreza ou exclusão social muito superior à população sem qualquer grau de incapacidade. Em 2017, 22.2% da população com mais de 16 anos que possuía pelo menos algum grau de incapacidade estava em risco de pobreza, sendo que esta proporção sobre para 24.5% junto da população com um grau de incapacidade severa, ou seja, quase um quarto desta população estava vulnerável à pobreza. Para a população sem qualquer grau de incapacidade o risco era de 14.4%. Tendo em conta o contexto da União Europeia, Portugal tem, uma taxa de risco de pobreza da população com incapacidade superior à média europeia. Em 2017 o risco de pobreza para a população com pelo menos algum grau de incapacidade era de 21.5%, enquanto a média da União Europeia era de 19.7%. Para a população com incapacidade severa a média da União Europeia é de 23.9%, menos 0.6 pp que a média nacional.

Outro fator de proteção face ao risco de pobreza é a educação. Em Portugal os dados do ICOR/EU-SILC indicam que quanto maior o **nível de escolaridade** menor o risco de pobreza. De facto, tendo em conta a população com 18 anos ou mais o risco de pobreza sobe de 4.5% para a população com ensino superior, para 12.8% para a população com ensino secundário e 22.3% para a população com ensino básico. Em 2017 houve uma redução do risco de pobreza para os dois níveis de escolaridade mais baixos e a manutenção desta taxa para a população com ensino superior. O impacto do nível de escolaridade é ainda maior na pobreza infantil. Mais de um terço das crianças cujos pais têm apenas o ensino básico estão em risco de pobreza. Esta taxa desce para 17% quando os pais têm o ensino secundário e para 3.8% quando têm o ensino superior (ver gráfico abaixo).

Portugal mantém uma taxa de risco de pobreza inferior à média da União Europeia para estas diferentes categorias, incluindo para a população com apenas o ensino básico. No entanto, é o país da União Europeia com maior proporção de população com apenas o ensino básico. Tendo como base o inquérito de 2017, 61.1% da população com mais de 18 anos tinha apenas o ensino básico, assim como 51.8% das pessoas entre os 18 e os 64 anos. No inquérito de 2018 há uma redução da proporção da população com ensino básico, mantendo-se, no entanto, valores muito elevados face ao panorama europeu: 59.7% da população com mais de 18 anos e 49.9% da população dos 18 aos 64 anos. A população com ensino superior corresponde apenas a 18.6% da população com mais de 18 anos e 22.6% da população dos 18 aos 64 anos, sendo das mais baixas da União Europeia.

Gráfico 10: Taxa de risco de pobreza por nível de escolaridade e grupos etários



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_li07)

Outro grupo que apresenta uma maior vulnerabilidade a pobreza é a **população estrangeira**, nomeadamente a população que não nasceu em Portugal, não detém a cidadania portuguesa e não detém a cidadania de outro país da União Europeia. De facto, há uma clara diferença na vulnerabilidade à pobreza por parte da população estrangeira proveniente de países terceiros e dos estrangeiros com nacionalidade de outro país da União Europeia. Enquanto o risco de pobreza dos estrangeiros extracomunitários é de 19.7%, mais 2.4 pp que a média nacional, esta vulnerabilidade reduz-se para menos da metade no caso dos estrangeiros de outro Estado-membro (8.2%). Para a população nacional o risco de pobreza é de 16.9%. Note-se ainda uma forte redução do risco de pobreza junto da população extracomunitária no último ano em análise: menos 13.9 pp.

A população estrangeira, nomeadamente a extracomunitária, é simultaneamente o grupo de nacionalidade com maior percentagem de arrendatários. Em 2018, mais de 65% dos estrangeiros de países terceiros arrendavam o alojamento onde residiam enquanto na população nacional apenas 24.4% era arrendatária. Analisando a taxa de pobreza por **regime de ocupação da habitação** verificamos que é entre os arrendatários que encontramos maior proporção de pessoas em risco de pobreza, existindo uma diferença de 12.8 pp entre estes dois grupos. Note-se também que enquanto o risco de pobreza diminuiu ao longo do tempo para os proprietários, passando de 19.2% em 2003, para 17.1% em 2008, no período pré-crise, e para 15.1% em 2017, no caso dos arrendatários o risco de pobreza aumentou entre 2003 e 2017 apesar uma redução ao longo dos últimos anos. Assim, o risco de pobreza dos arrendatários

passou de 26.5% em 2003, para 21.8% em 2008 e atingiu o seu valor mais elevado em 2014 quando 33.5% dos arrendatários encontravam-se em risco de pobreza. Em 2017, a vulnerabilidade à pobreza atingia 27.9% dos arrendatários. Sublinhe-se que a partir de julho 2017 registaram-se alterações no acesso ao crédito bancário para habitação. Entre outros aspetos, passou a ser obrigatório que na maior parte dos créditos habitação⁸ haja um rácio que não pode ultrapassar 90% entre o montante de empréstimo e o valor do imóvel e um limite de 50% ao rácio entre o montante da prestação mensal calculada com todos os empréstimos e o rendimento do mutuário. Estas duas medidas vêm dificultar o acesso ao crédito habitação por parte de uma parte da população com rendimentos mais baixos o que provavelmente terá impacto, ao longo dos próximos anos, na distância entre o risco de pobreza dos proprietários e dos arrendatários. Por outro lado, a atual tendência de aumento do preço mediano dos novos contratos de arrendamento por m2 que tem vindo a ocorrer nos grandes centros urbanos irá provavelmente contribuir para um aumento do **risco de pobreza após dedução dos custos com habitação**. Os dados sobre os rendimentos de 2017 indicam que 28.3% estavam em risco de pobreza quando excluído do rendimento disponível os custos que estes agregados suportam com a habitação. Importará perceber a evolução destes dados ao longo dos próximos anos⁹.

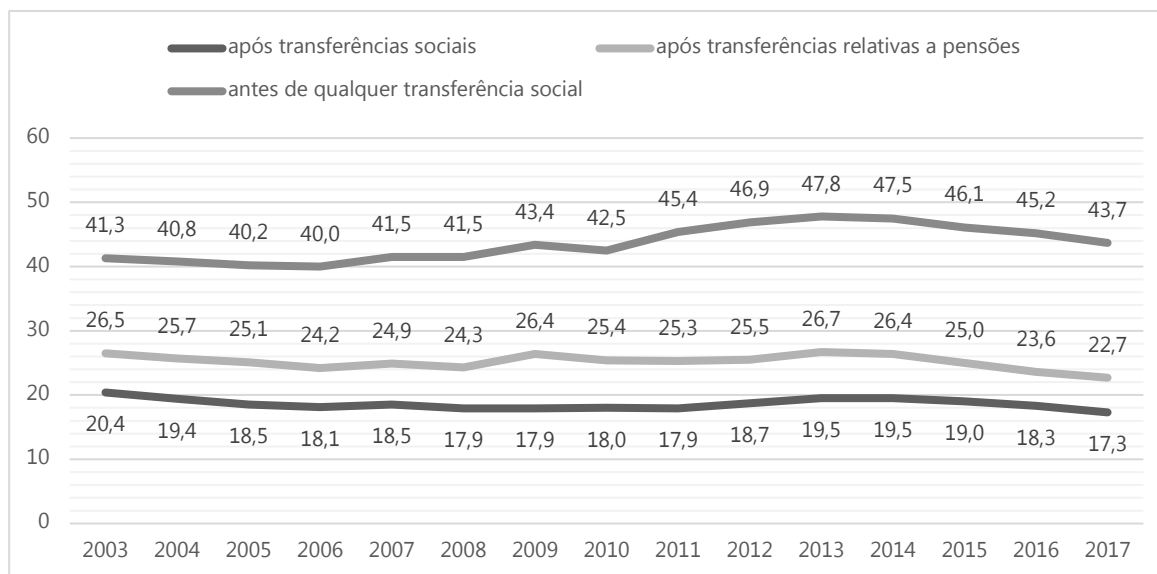
O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS NO RISCO DE POBREZA

O risco de pobreza em Portugal reduz-se em 26.4 pp devido às transferências sociais. De facto, sem um sistema de proteção social em Portugal o risco de pobreza atingiria 43.7% da população. Se apenas considerássemos as transferências relativas às pensões, 22.7% da população em Portugal encontrava-se em risco de pobreza monetária. Importa ainda sublinhar que a redução do risco de pobreza entre 2016 e 2017 foi maior considerando os rendimentos sem contabilizar as transferências sociais (- 1.5 pp) do que englobando os rendimentos das pensões (-0.9%) ou todas as transferências sociais (-1 pp). No entanto, o risco de pobreza antes de qualquer transferência social continua a ser mais elevada do que o verificado no período pré-crise, situação oposta a que se verifica na taxa de pobreza após transferências relativas a pensões e antes de qualquer transferência social.

⁸ É prevista uma exceção no caso dos créditos sobre imóveis detidos pela própria instituição financiadora.

⁹ Para mais informação sobre este tema poderá aceder as seguintes publicações do ONLCP: [Boletim #3 – Sem Estado e Sem Mercado: O Novo Problema de Habitação em Portugal](#); [Em Foco #3 – Pobreza e condições de habitação: o impacto dos preços de arrendamento](#)

Gráfico 11: Taxa de risco de pobreza por transferências sociais em Portugal (%)

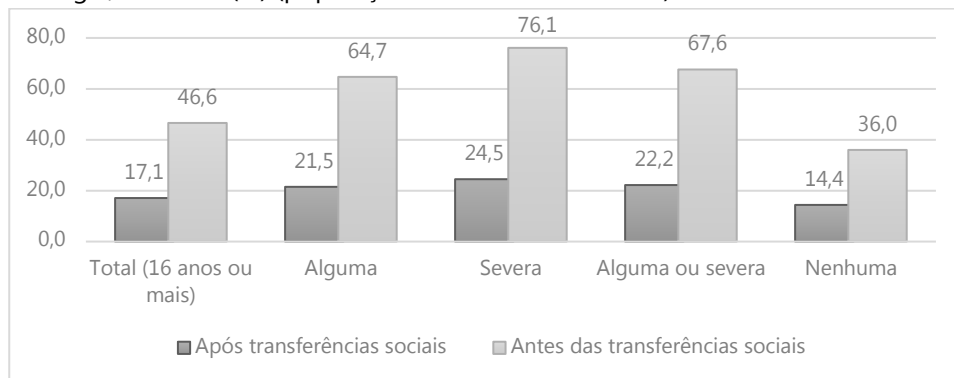


Fonte: INE, ICOR 2018

Uma vez que no relatório sobre os dados provisórios do ICOR / EU-SILC 2018 (ONLCP, 2018) já analisamos várias dimensões associadas a este indicador¹⁰, centremo-nos na análise do impacto das transferências sociais junto da população com **algum grau de incapacidade ou incapacidade severa**, uma população que devido a dificuldade de inserção no mercado de trabalho apresenta uma maior dependência relativamente às transferências sociais. De facto, se não existisse qualquer tipo de transferência social em Portugal mais de ¾ da população com incapacidade severa estaria em risco de pobreza (76.1%), uma proporção muito superior à média nacional para a população com 16 anos ou mais (+29.5 pp) e mais do dobro do risco de pobreza da população sem qualquer grau de incapacidade. Sublinhe-se ainda que o facto de ter algum grau de incapacidade implica também uma vulnerabilidade à pobreza extremamente elevada quando não são considerados os rendimentos de pensões ou outras transferências sociais: 64.7% da população com algum grau de incapacidade encontrava-se em risco de pobreza em 2017. Consequentemente, as transferências sociais têm maior impacto na redução do risco de pobreza junto da população que apresenta pelo menos alguma incapacidade e em particular junto da população com incapacidade severa. Assim, o risco de pobreza reduz-se em 51.6 pp para a população com incapacidade severa quando considerados os rendimentos das transferências sociais, em 43.2 pp para a população com algum grau de incapacidade e em apenas 21.6 pp para a população sem grau de incapacidade.

¹⁰ Para mais informações consulte o relatório [Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento \(ICOR 2018\) – Análise de dados provisórios](#)

Gráfico 12: Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais por grau de incapacidade em Portugal, em 2017 (%) (população com 16 anos ou mais)

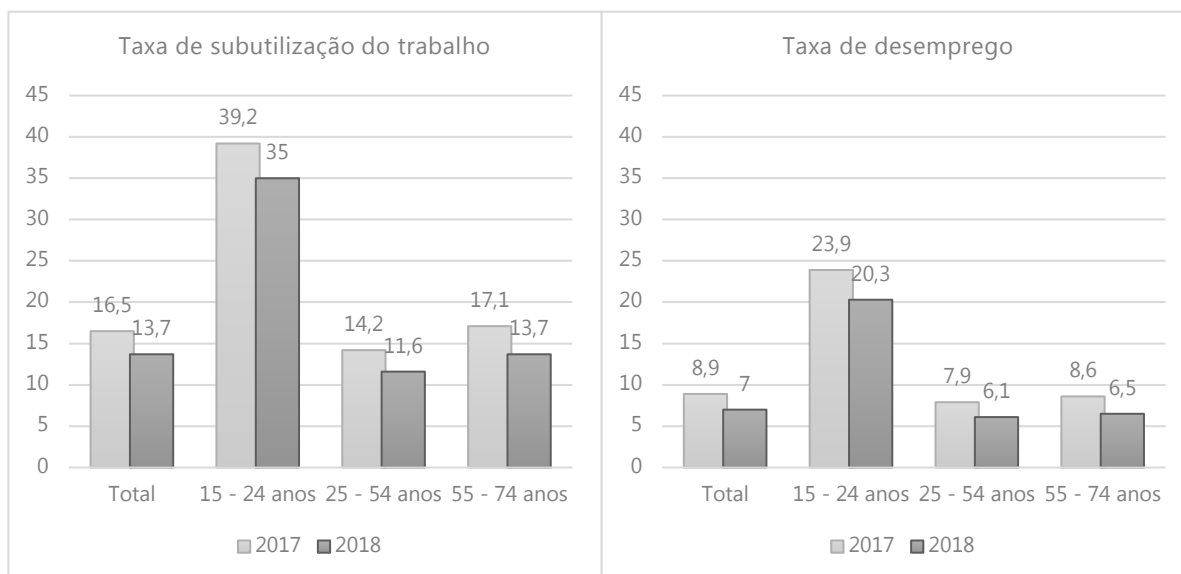


Fonte: Eurostat, EU-SILC (hlth_dpe030; hlth_dpe020)

INTENSIDADE LABORAL MUITO REDUZIDA

Entre 2016 e 2017 a taxa de desemprego desceu de 11.1% para 8.9%, tendo voltado a diminuir em 2018, registando a taxa de desemprego (7%) mais baixa desde 2004. O desemprego continua a atingir em maior proporção as mulheres que os homens e tem uma maior incidência junto dos jovens até aos 25 anos. Em 2017, 23.9% dos jovens ativos estavam em situação de desemprego, uma taxa três vezes superior à dos ativos entre 25 e 54 anos e 2.7 vezes superior a dos adultos entre 55 e 64 anos. Em 2018, a taxa de desemprego desce para todos estes grupos etários, mas a discrepância entre o desemprego dos jovens e dos restantes grupos aumentou, sendo atualmente 3.3 vezes superior face aos ativos entre 25 e 54 anos e 3.1 vezes superior à do grupo etário mais velho. Na taxa de subutilização do trabalho¹¹ encontramos novamente uma forte disparidade entre os jovens e os restantes grupos etários. Em 2017 a subutilização do trabalho atingia 39.2% dos jovens e menos de 20% nos restantes grupos etários. Em 2018 a subutilização do trabalho baixou nos diferentes grupos etários, mas aumentou a distância entre jovens e a população dos 25 aos 54 anos.

Gráfico 13: Taxa de subutilização do trabalho e taxa de desemprego por grupo etário em Portugal (%)



Fonte: INE/Pordata, Inquérito ao emprego

¹¹ A subutilização do trabalho “agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.” (INE, Metainformação)

De facto, a precaridade laboral é um fenómeno que tem atingido a população jovem com maior intensidade. Tal como descrito anteriormente, apenas 16,9% dos jovens até aos 34 anos desempregados à procura de novo emprego estavam a receber o subsídio de desemprego, uma proporção muito inferior aos restantes grupos etários. Por outro lado, os indicadores sobre trabalho do *Labour Force Survey*, do Eurostat, indicam que 64.5% dos jovens (15 aos 24 anos) empregados estavam com contratos temporários, comparativamente a 22.3% do grupo entre 25 aos 49 anos e 11.3% dos empregados com 50 anos ou mais. Em 2018, Portugal era o terceiro país da União Europeia com maior proporção de jovens empregados com contrato temporário. No entanto, apenas 10.1% dos jovens com contrato temporário afirmavam que não queriam um contrato de trabalho permanente. O trabalho a tempo parcial também afeta mais os jovens (19.4% dos jovens a trabalhar), relativamente à população dos 25 aos 49 anos (6%) ou com mais de 49 anos (14.4%), sendo que para 34% destes jovens o emprego a tempo parcial foi involuntário, ou seja, não foi resultado de uma escolha pessoal. Se efetivamente encontramos uma melhoria dos indicadores associados ao mercado de trabalho entre 2016 e 2018, prevalece um *gap* geracional que não está a ser revertido e que terá consequências a médio e longo prazo na pobreza e exclusão da população em Portugal.

No entanto, analisando a intensidade laboral per capita muito reduzida este *gap* geracional não é perceptível uma vez que este indicador observa a intensidade laboral no conjunto do agregado familiar e tem em conta toda a população com menos de 60 anos, sendo disponibilizado dados para dois grupos etários: as crianças e jovens com menos de 18 anos e os adultos até aos 59 anos.

Tabela 3: Intensidade laboral muito reduzida da população dos 0 aos 59 anos em Portugal (%)

Intensidade laboral muito reduzida			
Ano de referência dos dados	2017	2016	2015
Total (0-59 anos)	7,2	8	9,1
<i>Género (0-59 anos)</i>			
H	7,3	7,9	8,8
M	7,1	8,2	9,4
<i>Grupo Etário (0-59 anos)</i>			
<18	5,5	5,9	6,4
18-59	7,7	8,7	10,0
>60	7,2	8,0	9,1
<i>Agregado familiar doméstico</i>			
<i>Agregados sem crianças dependentes</i>			
Um adulto sem criança dependente	16,7	17,5	19,9
Dois adultos sem criança dependente	13,9	15,9	19,2
Três ou mais adultos	9,8	10,4	11,7
<i>Agregados com crianças dependentes</i>			
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	15,0	17,3	17,1
Dois adultos e uma criança dependente	2,6	3,4	4,0
Dois adultos e duas crianças dependentes	2,2	3,0	3,0
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	7,7	6,7	8,1
Três ou mais adultos com crianças dependentes	6,0	7,2	8,5
<i>Condição perante o trabalho (18 - 59 anos)</i>			
<i>Total em emprego</i>			
Por conta de outrem	0,1	0,1	0,2
Por conta própria	0,3	0,4	0,4
<i>Total sem emprego</i>			
Desempregado	37,3	36,8	38,0
Reformado	44,4	48,1	50,7
Outros inativos	21,0	23,4	24,0
<i>Nível de escolaridade (18 -59 anos)</i>			
Até ensino básico (ISCED 0-2)	11,7	12,8	14,2

Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	4,6	5,2	6,4
Ensino superior (ISCED 5-8)	3,6	4,3	4,9
<i>Grau de incapacidade (16 -59 anos)</i>			
Total (16 -59 anos)	7,7	8,6	9,8
Nenhum	5,5	6,5	7,2
Algum	13,3	14,0	17,7
Severo	25,6	26,1	29,1
Algum ou Severo	15,8	16,3	19,8
<i>Nacionalidade (18 - 59 anos)</i>			
Nacionalidade portuguesa	7,7	8,7	10,0
Total nacionalidade estrangeira	7,7	10,6	7,1
Extracomunitária	9,1	11,9	5,9
Outro país UE28	1,6	5,6	13,3
<i>Regime de ocupação da habitação</i>			
Proprietários com hipoteca ou crédito habitação	2,1	2,8	3,9
Proprietários sem hipoteca ou crédito habitação	11,1	13,0	14,6
Arrendatários com renda a preço de mercado	8,0	9,3	10,3
Arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita	16,7	16,1	15,8
<i>Grau de urbanização do território</i>			
Áreas densamente povoadas	7,2	8,2	9,4
Áreas medianamente povoadas	6,2	6,7	7,7
Áreas pouco povoadas	8,4	9,3	10,4

Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_lvhl11; ilc_lvhl12; ilc_lvhl13; ilc_lvhl14; ilc_lvhl15; ilc_lvhl17; ilc_lvhl23; hlth_dpe040)

Num contexto geral de mercado de trabalho com redução da taxa de desemprego e da taxa de subutilização do emprego (- 3 pp entre 2016 e 2017) a população a residir em agregados com **intensidade laboral muito reduzida** diminuiu 0.8 pp face a 2016, passando para 7.2% da população até aos 60 anos. É necessário recuar até ao período pré-crise, em 2008, para encontrarmos uma intensidade laboral muito reduzida inferior (7.0%). Ao contrário do que é habitual neste dado, em 2017 existiu uma maior proporção de **homens** a residir em agregados com uma intensidade laboral muito reduzida (7.3% face a 7.1% das mulheres), situação que só se repetiu em 2012.

Tendo em conta os **grupos etários**, é junto da população adulta que encontramos maior proporção de pessoas em agregados em que o trabalho ocupa menos de um quinto do tempo disponível para trabalho durante um ano: 7.7%. Assim, igualmente uma maior incidência de intensidade laboral muito reduzida nos **agregados familiares sem crianças** (12.4%) face aos agregados com crianças dependentes (4.6%). Todavia, a maior vulnerabilidade verifica-se nos agregados compostos apenas por adulto, independentemente de existir ou não crianças dependentes. A intensidade laboral muito reduzida atinge 16.7% dos adultos isolados e 15% dos agregados compostos por um adulto com crianças dependentes. Note-se também uma redução deste indicador para os diferentes tipos de agregado familiar doméstico com exceção das famílias compostas por dois adultos com três ou mais crianças dependentes onde houve um aumento de 1 pp.

Tal como seria expectável, a inserção no mercado de trabalho tem um impacto direto na intensidade laboral muito reduzida do agregado em que se insere. Assim, enquanto apenas 0.1% da população que se encontra em emprego vive num agregado com intensidade laboral muito reduzida, esta proporção sobe para 28.5% quando analisamos a população **sem emprego**, chegando a atingir 44.4% dos **reformados** (até aos 60 anos) e 37.3% dos **desempregados**. Sublinhe-se ainda que foi apenas junto dos desempregados que se verificou, em 2017, um aumento da intensidade laboral muito reduzida face ao ano transato (+0.5 pp).

Outros grupos que se destacam por uma maior vulnerabilidade à intensidade laboral muito reduzida são: a população com baixos níveis de escolaridade, nomeadamente apenas com **ensino básico** (11.7%); a população com grau de incapacidade, sobretudo as pessoas com **incapacidade severa** (25.6%);

estrangeiros com **cidadania de países extracomunitários** (9.1%); **arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita** (16.7%) e **proprietários sem hipoteca ou crédito habitação** (11.1%).

PRIVAÇÃO MATERIAL SEVERA

Juntamente com a redução da taxa de risco de pobreza e de intensidade laboral per capita muito reduzida, a privação material severa também teve uma redução em 2018. Atualmente encontramos 6% da população a viver em situação de privação material severa, ou seja, 615 mil pessoas são incapazes de fazer face a pelo menos quatro de uma lista de nove itens¹². Houve uma redução de 0.9 pp equivalendo a menos 93 mil pessoas do que o registado no ano anterior. Este é o melhor resultado registado desde 2004 quer em termos percentuais quer no número de pessoas a vivenciar este tipo de carência material, existindo uma diferença de menos 3.9 pp face a 2004 e menos 4.9 do que em 2013, no auge da crise económica.

No contexto da União Europeia, segundo os dados disponíveis Portugal é o décimo país com maior privação material severa, posição semelhante a que se encontrava em 2017 perante o mesmo grupo de países e permanece acima da média da União Europeia (5.8%)

Tabela 4: Privação material severa em Portugal (%)

Privação material severa			
	2018	2017	2016
Total	6	6,9	8,4
<i>Género</i>			
H	6	6,5	7,9
M	5,9	7,2	8,8
<i>Grupo Etário</i>			
<18	5,7	7,4	9,6
18-64	6	6,6	8,6
65 anos ou mais	6,2	7,2	6,7
<i>Agregado familiar doméstico</i>			
<i>Agregados sem crianças dependentes</i>			
Um adulto sem criança dependente	10	11,7	11,6
Dois adultos sem criança dependente	6,1	6,5	6,3
Três ou mais adultos	5,5	5,2	7,4
<i>Agregados com crianças dependentes</i>			
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	10,3	17	15,9
Dois adultos e uma criança dependente	2,8	4,5	6,4
Dois adultos e duas crianças dependentes	3,4	2,6	5,6
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	10,9	14,2	17,3
Três ou mais adultos com crianças dependentes	7,7	10,2	12,5
<i>Condição perante o trabalho (18 ou mais anos)</i>			
Total em emprego	3,7	4	5,3
Por conta de outrem	3,9	4,1	5,5
Por conta própria	2,3	3,5	4,0

¹² a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter máquina de lavar roupa; g) capacidade para ter televisão a cores; h) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel; i) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto). (INE, Metainformação)

<i>Total sem emprego</i>	8,5	9,6	10,8
Desempregado	16,2	18,2	20,6
Reformado	5,9	6,6	7,0
Outros inativos	9,3	10,3	10,9
<i>Nível de escolaridade (18 ou mais anos)</i>			
Até ensino básico (ISCED 0-2)	8,1	9,4	10,8
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	4,7	3,9	5,4
Ensino superior (ISCED 5-8)	0,9	1,1	1,7
<i>Grau de incapacidade (16 anos ou mais)</i>			
Total (16 anos ou mais)	6,1	6,9	8,1
Nenhum	4,5	5,1	6,4
Algum	8,1	8,9	10,7
Severo	12,2	14,8	14,4
Algum ou Severo	9,2	10,4	11,6
<i>Nacionalidade (18 ou mais anos)</i>			
Nacionalidade portuguesa	5,9	6,7	7,8
Total nacionalidade estrangeira	12,1	10,5	24,5
Extracomunitária	15,4	13,2	29,1
Outro país UE28	0,9	2	5,8
<i>Regime de ocupação da habitação</i>			
Proprietários com hipoteca ou crédito habitação	2,5	2,7	4,3
Proprietários sem hipoteca ou crédito habitação	3,6	4,9	6,4
Arrendatários com renda a preço de mercado	11,4	12,5	16,6
Arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita	17,3	19,3	18,5
<i>Grau de urbanização do território</i>			
Áreas densamente povoadas	7,6	8,2	9,4
Áreas medianamente povoadas	4,5	5,3	7,6
Áreas pouco povoadas	4,9	6,5	7,4

Fonte: Eurostat, EU-SILC ((ilc_mddd11; ilc_mddd12, ilc_mddd13, ilc_mddd14, ilc_mddd15, ilc_mddd17, ilc_mddd23, hlth_dm010)

No indicador de privação material severa, tal como nos restantes indicadores associados à pobreza ou à exclusão social, existe a tendência de maior incidência junto da população feminina. No entanto, os últimos resultados apontam para uma maior redução da privação junto das mulheres e, conseqüentemente, um valor (ligeiramente) inferior à dos **homens**, situação semelhante à que verificamos na intensidade laboral muito reduzida. Apesar desta diferença ser muito reduzida (0.1 pp.), apenas em 2010 voltamos a encontrar uma privação material severa inferior nas mulheres. Como tal, importa acompanhar a evolução deste indicador nos próximos anos para compreender se este resultado se enquadra numa pequena exceção pontual ou não.

Outra alteração verifica-se no cruzamento deste indicador com os **grupos etários**. Desde 2006, e apenas com exceção do ano de 2009, as crianças apresentam uma privação material severa superior à dos adultos até 64 anos e da população com mais de 65 anos. Em 2018, encontramos uma importante redução deste tipo de privação material junto das crianças (-1.7 pp), muito superior à redução verificada nos restantes grupos etários (-0.6 pp para o grupo dos 18 aos 64 anos e -1 pp para população mais velha). Assim, os últimos resultados do ICOR /EU-SILC apontam para uma maior proporção de população com 65 anos ou mais em privação material, correspondendo a 6.2% desta população e a 137 mil pessoas. Esta taxa desce para 6.0% da população dos 18 aos 64 anos (378 mil pessoas) e para 5.7% das crianças (100 mil pessoas). Por fim, é importante sublinhar que dentro destes grandes grupos etários existem pequenos grupos onde o risco a privação material atinge valores superiores, nomeadamente junto da população jovem. Para a população dos 18 aos 24 anos a privação material severa atinge 7.4%, mas chega a abranger 8.1% dos jovens entre os 16 e os 19 anos.

Simultaneamente, encontramos igualmente uma maior redução da privação material severa junto dos agregados com crianças dependentes (-1.5 pp) do que nos agregados sem crianças dependentes (-0.4 pp). Apesar disso, são os **agregados familiares** com um adulto e crianças dependentes e os compostos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes, juntamente com os agregados compostos por um adulto isolado, que encontramos uma privação material severa superior a 10%, atingindo quase 11% no caso dos agregados mais numerosos e ultrapassando este valor quando analisado apenas os adultos isolados com menos de 65 anos. 11.2% dos **adultos com menos de 65 anos que vivem sozinhos** estavam em privação material severa, mais 2 p.p do que os adultos isolados com 65 anos ou mais.

A **condição perante o trabalho** é também neste indicador um elemento de prevenção de vulnerabilidade, com uma diferença de 4.8 pp na incidência de privação material severa entre a população em emprego e a população sem emprego, uma distância que apesar de ser elevada é significativamente inferior a que encontramos quando comparamos a taxa de risco de pobreza e de intensidade laboral muito reduzida destes dois grupos. Note-se ainda que apesar de encontrarmos em 2018 uma redução da privação material severa, continua a ser junto da população desempregada que encontramos valores que claramente se distanciam dos restantes grupos sociais: 16.2% da população desempregada estava em privação material severa, mais 7.7 pp do que a média da população sem emprego e mais 10.2 pp do que a média da população nacional. É apenas junto do grupo dos arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita que encontramos uma proporção superior de pessoas em privação material severa.

Na dimensão da privação material, nomeadamente a privação severa, encontramos novamente uma maior vulnerabilidade da população que possui apenas o **ensino básico**: 8.1%. Esta taxa sobe para 9% quando é excluída da análise a população com 65 anos ou mais e para 12.8% quando olhamos para a população dos 18 aos 24 anos. Sublinhe-se que quase 60% da população residente em Portugal com 18 anos ou mais tem apenas o ensino básico, assim como quase 50% da população dos 18 aos 64 anos.

A incidência da privação material severa reduz-se significativamente para a população com ensino secundário (4.7%) e para a população com o ensino superior (0.9%). No entanto, os jovens dos **18 aos 24 anos** apresentam valores significativamente superiores independentemente do grau de ensino. Mesmo os jovens com ensino superior apresentam uma taxa de privação material severa 2.5 vezes superior à média da população com ensino superior: 2.3% dos jovens dos 18 aos 24 anos com ensino superior estavam em privação material severa.

A população com um **grau de incapacidade severa** possui uma incidência de privação material severa que é o dobro da média nacional para uma população com 16 ou mais anos e 2.7 vezes superior à da população sem qualquer grau de incapacidade. De facto, enquanto 4.5% da população sem qualquer grau de incapacidade está em privação material severa, esta proporção sobe para 8.1% na população com algum grau de incapacidade e para 12.2% junto da população com incapacidade severa. A média para a população com grau de incapacidade (algum ou severa) é de 9.2, mas este valor atinge uma maior incidência nos jovens entre 16 e 24 anos (13.1%) e nos adultos na faixa etária entre os 45 e os 64 anos (11.4% entre 45 aos 54 anos e 10.9% entre 55 aos 64 anos).

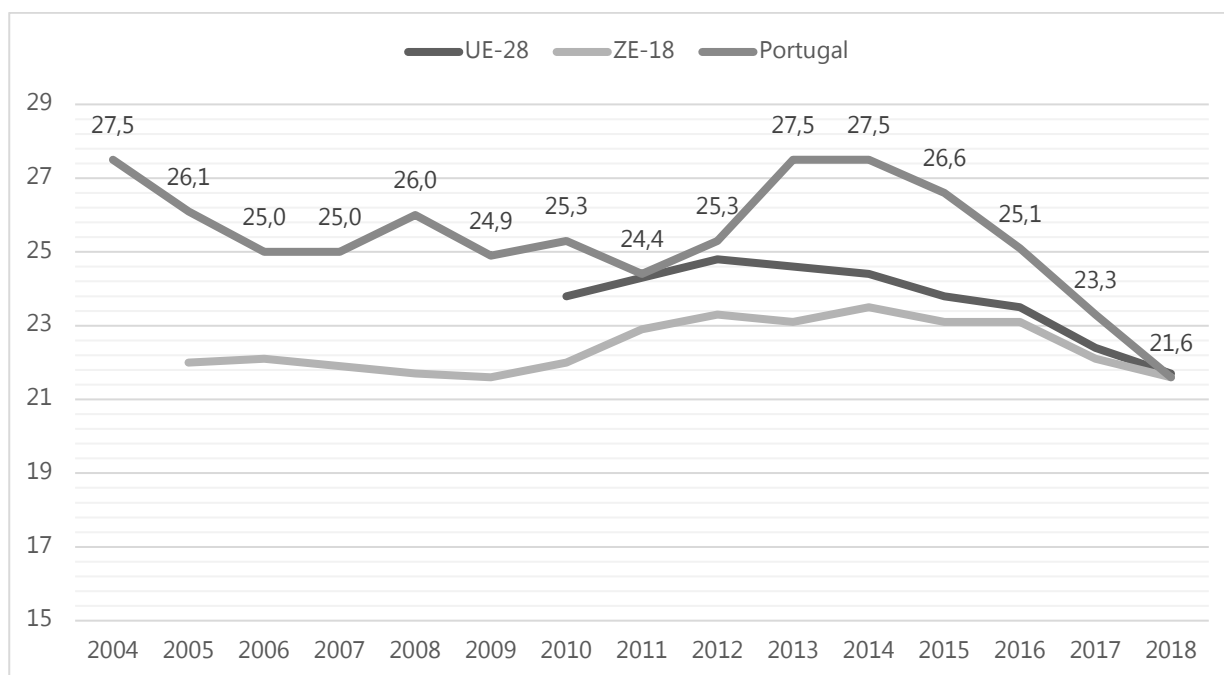
A par da população desempregada, outros dois grupos com maior vulnerabilidade à privação material severa são a população estrangeira, nomeadamente com **cidadania de países extracomunitários** (15.4%) e os **arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita** (17.3%). No caso da população estrangeira encontramos, ao contrário da tendência verificada nos restantes grupos, um aumento da privação material severa. Enquanto para a população estrangeira a taxa de privação material severa aumentou de 10.5% para 12.1%, para a população nacional a privação material severa diminuiu (-0.8 pp) aumentando a distância que já existia entre estes dois grupos. Assim, a taxa de privação material severa da população estrangeira é o dobro da população nacional e o da população proveniente de países terceiros é 2.6 vezes superior ao da população nacional. No caso dos arrendatários, a privação material severa diminuiu, mas mantém-se um importante fosso entre a privação material dos arrendatários e dos

proprietários. A taxa de privação material severa dos arrendatários com renda preço reduzido ou gratuita é quase 7 vezes superior à dos proprietários com hipoteca ou crédito habitação. Quando consideramos os arrendatários a preço de mercado esta distância diminui, mas permanece muito elevada. O aumento do valor mediano das rendas a preço de mercado que tem vindo a ocorrer ao longo dos últimos meses poderá reforçar este cenário de privação material de uma população que, não conseguindo aceder ao crédito habitação para aquisição de um imóvel, encontra-se impelida a arrendar alojamentos baseados no atual preço de mercado e a gerir um orçamento familiar cada vez mais reduzido quando subtraído os custos com habitação.

POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

O indicador de pobreza ou exclusão social agrega os resultados da pobreza monetária, da intensidade laboral per capita muito reduzida e da privação material severa. Num contexto em que estes três indicadores apresentam os resultados mais favoráveis de toda a série¹³, encontramos uma importante redução da pobreza ou exclusão social em Portugal em 2018: menos 1.7 pp e menos 176 mil pessoas do que em 2017. Note-se ainda que em 2017 tivemos a maior redução desta taxa e do número absoluto de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social desde 2004. De facto, os últimos três anos marcam uma redução anual do número absoluto de pessoas nesta situação de vulnerabilidade superior a 6% e uma redução anual da taxa de pobreza ou exclusão social superior a 5.5%, sendo o processo mais acentuado de redução destas formas de exclusão desde 2004.

Gráfico 14: Taxa de risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, na União Europeia e na Zona Euro entre 2004 e 2018 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_peps01)

No entanto, apesar desta evolução positiva no combate à pobreza, deve-se realçar que Portugal continua a ter mais de dois milhões de pessoas nesta situação de exclusão económica e social. Segundo estes últimos dados, reside em Portugal 2 223 mil pessoas em situação de pobreza ou exclusão social, equivalendo a 21.6% da população residente. No contexto da União Europeia, Portugal tem permanecido acima da média europeia, com exceção em 2006, quando a média para a União Europeia dos 27 Estados-

¹³ Esta série inicia-se em 2004, com dados referentes a 2003 nos indicadores de pobreza monetária e de intensidade laboral.

membros da altura encontrava-se 0.3 pp acima da média nacional. Segundo a estimativa do Eurostat, Portugal estará abaixo da média da UE (21.7%), com uma diferença de apenas 0.1 pp. Desde 2010, altura em que são apresentados dados para os 28 EM, a posição de Portugal no contexto da União Europeia pouco tem-se alterado, permanecendo entre o 10º e o 13º país com maior proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social. Em 2018 estima-se que Portugal seja o 11º com maior incidência de pobreza ou exclusão social, posição que tem ocupado maioritariamente.

Tabela 5: Taxa de risco de pobreza ou exclusão social em Portugal (%)

Taxa de risco de pobreza ou exclusão social			
	2018	2017	2016
Total	21,6	23,3	25,1
<i>Género</i>			
H	21	22,5	24,1
M	22,1	24	26
<i>Grupo Etário</i>			
<18	21,9	24,2	27
18-64	21,6	23,9	25,6
65 anos ou mais	21,2	20,7	21,8
<i>Agregado familiar doméstico</i>			
<i>Agregados sem crianças dependentes</i>			
Um adulto sem criança dependente	31,1	31,5	33,7
Dois adultos sem criança dependente	21,4	23,0	23,4
Três ou mais adultos	18,3	19,2	21,5
<i>Agregados com crianças dependentes</i>			
Um adulto e pelo menos uma criança dependente	36,0	43,3	42,0
Dois adultos e uma criança dependente	14,5	16,1	19,3
Dois adultos e duas crianças dependentes	16,5	18,5	19,4
Dois adultos e três ou mais crianças dependentes	33,3	42,9	46,2
Três ou mais adultos com crianças dependentes	26,1	27,4	31,0
<i>Condição perante o trabalho (18 ou mais anos)</i>			
<i>Total em emprego</i>			
Por conta de outrem	10,3	10,5	11,8
Por conta própria	26,5	33,1	30,3
<i>Total sem emprego</i>			
Desempregado	58,4	58,5	59,8
Reformado	20,3	20,3	21,9
Outros inativos	39,4	42,6	42
<i>Nível de escolaridade (18 ou mais anos)</i>			
Até ensino básico (ISCED 0-2)	27,7	29,3	31,2
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	17,3	18,1	18,3
Ensino superior (ISCED 5-8)	6,8	7,9	9,1
<i>Grau de incapacidade (16 anos ou mais)</i>			
Total (16 anos ou mais)	21,7	23,4	24,9
Nenhum	18,1	20,4	21,4
Algum	27,3	27,7	30,3
Severo	32,8	34,1	36,7
Algum ou Severo	28,7	29,3	31,9
<i>Nacionalidade (18 ou mais anos)</i>			
Nacionalidade portuguesa	21,4	22,9	24,3
Total nacionalidade estrangeira	27,2	36,6	45,1
Extracomunitária	32,6	44,4	49,8
Outro país UE28	9	12,2	26
<i>Regime de ocupação da habitação</i>			
Proprietários com hipoteca ou crédito habitação	12,4	13,0	16,1

Proprietários sem hipoteca ou crédito habitação	22,0	24,9	25,7
Arrendatários com renda a preço de mercado	27,5	31,0	34,8
Arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita	40,6	41,3	40,4
<i>Grau de urbanização do território</i>			
Áreas densamente povoadas	20	23,2	24,2
Áreas medianamente povoadas	19,8	19,7	22,9
Áreas pouco povoadas	26,3	27,5	29

Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_peps01, ilc_peps02, ilc_peps03 ilc_peps04, ilc_peps05, ilc_peps07 ilc_peps13)

Apesar de uma maior redução da intensidade laboral e da privação material junto da **população feminina** comparativamente à masculina, o risco de pobreza permanece mais elevado junto das mulheres assim como o risco de pobreza ou exclusão social. Em 2018, 22.1% das mulheres estava em pobreza ou exclusão social, mais 1.1 pp do que os homens. No caso dos **grupos etários**, tal como ocorre no indicador de risco de pobreza monetária, encontramos uma maior vulnerabilidade da população com menos de 18 anos (21.9%) e um aumento do risco de pobreza ou exclusão social na população com 65 anos ou mais face a 2017 (21.2%, mais 0.5 pp). No entanto, analisando grupos etários mais pequenos verificamos que este aumento ocorre apenas na população mais velha, ou seja, com 75 anos ou mais. Para este grupo o risco de pobreza é superior a um quarto da população (25.4%), tendo aumentado 1 pp face ao ano de 2017.

Ainda relativamente aos grupos etários mais vulneráveis, percebemos que é entre os jovens dos 15 aos 19 que o risco de pobreza ou exclusão social tem uma incidência superior a 30% desta população, mantendo-se também muito elevada no grupo etário anterior e a seguir, sobressaindo assim uma população jovem dos 11 aos 24 com forte vulnerabilidade social ou económica. Entre os 11 e os 15 o risco de pobreza ou exclusão social é de 26.5% e entre os jovens dos 20 aos 24 encontramos uma taxa de 24.1%. No entanto, note-se que um aumento significativo do risco de pobreza nos escalões etários abrangendo jovens a partir dos 12 anos¹⁴ é provavelmente influenciado pela escala de equivalência utilizada que atribui a peso de 0.3 a cada criança até aos 14 anos. Aos membros com idade igual ou superior a 14 anos é atribuído o valor de 0.5, com exceção a um primeiro adulto, ao qual é atribuído o peso de 1. Devemos, como tal, questionarmo-nos sobre qual seria o risco de pobreza infantil e de pobreza ou exclusão social das crianças caso a escala de equivalência também atribuisse um peso superior a 30% para cada criança com menos de 14 anos.

Há ainda um último grupo etário no qual sobressai a vulnerabilidade à pobreza ou exclusão. Cerca de um quarto da população dos 55 aos 64 anos encontra-se em risco de pobreza (24.8%), uma taxa que desce para 17.4% quando nos referimos ao grupo etário subsequente, dos 65 aos 74 anos, ou seja, o grupo etário em que já é possível aceder à reforma.

A análise da pobreza ou exclusão social por **agregado familiar doméstico** vem reforçar a vulnerabilidade de três tipos de agregado familiar já identificados na análise da pobreza monetária, da intensidade laboral muito reduzida e da privação material severa: os agregados compostos por dois adultos e três ou mais crianças dependentes, as famílias de apenas um adulto com crianças dependentes e os indivíduos isolados. Apesar da redução da taxa de pobreza ou exclusão social, que ocorreu para todas as tipologias de agregados, nestes três tipos de agregados o risco de pobreza ou exclusão social continua a ultrapassar 30%, atingindo 36% dos agregados de apenas um adulto com crianças dependentes, 33,3% das famílias com três ou mais crianças dependentes e 31.1% dos adultos isolados. No caso dos adultos isolados, esta taxa é ainda maior para as mulheres: 32.1% das mulheres que vivem sozinhas estão em risco de pobreza ou exclusão social.

Ao contrário do que ocorre no caso da pobreza monetária onde a vulnerabilidade económica é superior nos agregados com crianças dependentes, no risco de pobreza ou exclusão social são os agregados sem

¹⁴ O risco de pobreza ou exclusão social dos 6 aos 11 anos é de 19.6% e sobe para 28.3% no escalão dos 12 aos 17 anos.

crianças dependentes que apresentam maior risco. Relembre-se que a intensidade laboral muito reduzida e a privação material severa abrangem maiores proporções dos agregados sem crianças dependentes.

A **condição perante o trabalho**, nomeadamente o facto de estar em emprego, é um elemento importante de proteção nos três indicadores que compõem a pobreza ou exclusão social. Consequentemente, encontramos uma distância de quase 20 pp na vulnerabilidade à pobreza ou exclusão social da população em emprego e da população sem emprego. Esta distância é de 48.1 pp se compararmos o risco dos empregados por conta de outrem e as pessoas em situação de desemprego, ou seja, o risco de pobreza ou exclusão social é 5.7 vezes superior nos desempregados comparativamente aos empregados por conta de outrem. É importante sublinhar a vulnerabilidade económica e social em que se encontra a população desempregada. Mais da metade dos desempregados, 58.4%, estão em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que esta proporção apenas diminuiu 0.1 pp no último ano e permanece superior à existente no período pré-crise ou numa fase inicial. Até 2011, a pobreza ou exclusão social dos desempregados não ultrapassava 54.3% desta população e até 2006 era inferior a 50%. O segundo grupo mais vulnerável é o dos outros inativos, onde o risco de pobreza ou exclusão social atinge 39.3% da população. Por fim, note-se que houve uma redução desta taxa no último ano em todos os grupos, com exceção dos reformados que mantém a mesma taxa (20.3%).

Apesar do fator protetor do trabalho, Portugal tem 12.1% da população que trabalha em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que mais de um quarto dos trabalhadores por conta própria encontram-se nesta situação de vulnerabilidade. O risco diminuiu para a população empregada por conta de outrem, mas mantém-se elevada (10.3%) com uma redução de apenas 0.2 pp face a 2017. Este tipo de vulnerabilidade é ainda maior junto dos trabalhadores mais jovens e dos mais velhos: 16.7% dos trabalhadores com 60 anos ou mais estão em risco de pobreza ou exclusão social, assim como 17.7% dos trabalhadores dos 18 aos 24 anos. Há, no entanto, uma importante distinção entre estes dois grupos. Enquanto entre os trabalhadores mais velhos sobressai o risco de pobreza ou exclusão social associado ao trabalho por conta própria¹⁵, no caso dos mais jovens a pobreza ou exclusão social é elevada quer para os que trabalham por conta de outrem quer para os que trabalham por conta própria¹⁶ o que vem novamente reforçar o impacto negativo da precaridade laboral ao qual esta população encontra-se exposta.

A população com baixo **nível de escolaridade**, nomeadamente a que possui apenas o ensino básico, tem uma maior vulnerabilidade à pobreza material, privação material severa e intensidade laboral muito reduzida. Consequentemente, o risco de pobreza ou exclusão social desta população é 1.6 vezes superior ao da população com ensino secundário e pós-secundário e 4.1 vezes superior a população com ensino superior. Apesar de uma redução do risco de pobreza ou exclusão social da população com ensino básico desde 2014, este risco permanece superior ao que existia no período pré-crise e ao que existia em 2004, altura em que 26.6% da população com ensino básico estava em risco de pobreza ou exclusão social.

O risco ao qual está exposta a população com ensino básico é ainda maior junto dos jovens dos 18 aos 24 anos (39.7%), seguido da população dos 50 aos 59 anos (31.6%). No caso da população até aos 24 anos, o risco de pobreza ou exclusão social é elevado mesmo para os que possuem ensino superior. Efetivamente 14.5% dos jovens até aos 24 anos com ensino superior estão em risco de pobreza ou exclusão social, uma taxa que é o dobro do risco existente na população dos 50 aos 59 anos com ensino superior, 2.3 vezes superior ao do grupo etário dos 25 aos 54 anos e 4.8 vezes superior ao da população com 60 anos ou mais.

A população portuguesa apresenta também realidades muito distintas entre população sem **grau de incapacidade** e a população que possui pelo menos algum grau. O risco de pobreza ou exclusão social

¹⁵ O risco de pobreza ou exclusão social foi de 32.5% para trabalhadores por conta própria com 60 anos ou mais e de 11.9% para os trabalhadores por conta de outrem nesta faixa etária.

¹⁶ O risco de pobreza ou exclusão social foi de 18.5% para trabalhadores por conta própria entre os 18 e 24 anos e de 17.6% para os trabalhadores por conta de outrem nesta faixa etária.

desce de uma média nacional de 21.7%¹⁷, para 18.1% na população sem grau de incapacidade e sobe para 28.7% na população que apresenta pelo menos algum grau de incapacidade. No caso da população com incapacidade severa o risco é ainda mais elevado: 32.8% das pessoas com incapacidade severa estão em risco de pobreza ou exclusão social, ou seja, aproximadamente 1/3 desta população.

Analisando a população residente em Portugal por grandes grupos de cidadania encontramos também grupos sociais com realidades muito distintas. Por um lado, temos uma população estrangeira proveniente de outros países da União Europeia com uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 9%, ou seja, 2.4 vezes inferior à média da população residente em Portugal com 18 anos ou mais (21.5%) e à média da população com nacionalidade portuguesa (21.4%). Por outro lado, temos um risco de pobreza ou exclusão social dos estrangeiros de países terceiros que é 1.5 vezes superior à média da população residente em Portugal ou da população nacional e 3.6 vezes superior ao risco de pobreza dos estrangeiros de outro EM. De facto, cerca de 1/3 dos estrangeiros extracomunitários estão em situação de pobreza ou exclusão social. No entanto, importa sublinhar que houve uma redução significativa do risco de pobreza junto da população estrangeira. Enquanto o risco de pobreza ou exclusão social se reduziu em quase 26% para a população estrangeira relativamente a 2017, para a população nacional esta redução foi de apenas 7%, tendo diminuído a distância existente entre estes dois grandes grupos que se tinha acentuado durante o período 2011 - 2016.

Por fim, outro grupo particularmente vulnerável à pobreza monetária, à privação material severa e à intensidade laboral muito reduzida é o dos **arrendatários**, destacando em particular os arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita. Quase 41% dos arrendatários a preço reduzido estão numa situação de vulnerabilidade económica ou social, tal como 27.5% dos arrendatários a preço de mercado. Estas proporções descem significativamente quando olhamos para os proprietários, sobretudo os que possuem hipoteca ou crédito habitação. Cerca de 12% desta população esta em risco de pobreza ou exclusão social. O risco de pobreza ou exclusão social diminuiu para todos estes grupos relativamente a 2017 e a 2004. No entanto, enquanto que para os proprietários encontramos em 2018 uma incidência deste risco inferior a que existia entre 2008 e 2010, para os arrendatários a vulnerabilidade existente atualmente é superior a que existia antes ou numa fase inicial da crise económica e financeira.

A DISPERSÃO TERRITORIAL DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL

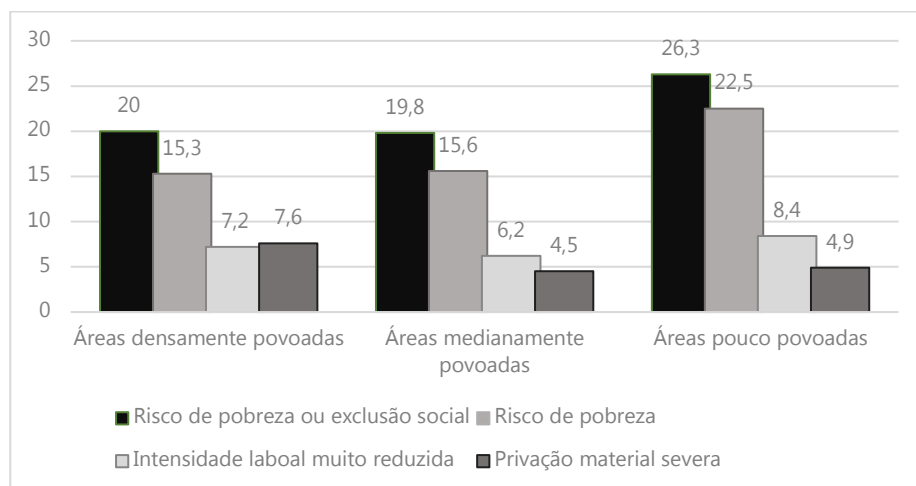
Até 2018, a perceção sobre as desigualdades territoriais e a dispersão territorial da pobreza e da exclusão social através do ICOR / EU-SILC era proporcionada pelo cruzamento dos indicadores com o grau de urbanização do território. Com alterações metodológicas e de amostragem que ocorreram nos últimos anos, o INE apresenta pela primeira vez estatísticas oficiais sobre a pobreza e exclusão social desagregada por NUTS II, ou seja, Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L), Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas da Madeira (R.A.M.) e dos Açores (R.A.A). Esta é uma evolução muito positiva que permitirá reforçar o conhecimento sobre a dispersão destes fenómenos pelo território nacional e melhor compreender algumas desigualdades que se encontram camufladas através médias nacionais. No entanto, a dimensão e heterogeneidade destes territórios, leva a que as médias para as NUTs II continuem a esconder realidades distintas, continuando a ser essencial a complementaridade com a análise por grau de urbanização do território.

Continuamos a ter em Portugal a pobreza e exclusão social rural que acompanha uma vulnerabilidade económica e social dos grandes centros urbanos. Se encontramos uma maior incidência da pobreza ou exclusão social nas zonas menos povoadas, caracterizada por um maior risco de pobreza monetária e uma maior incidência de intensidade laboral muito reduzida, também é verdade que há uma maior taxa de

¹⁷ Para a população com 16 anos ou mais

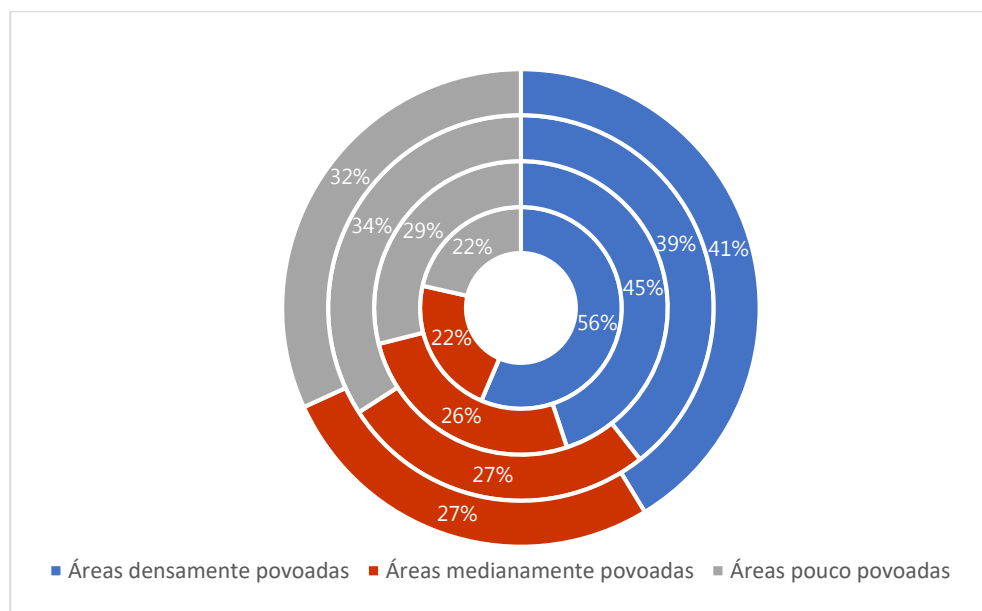
privação material nas áreas densamente povoadas e que a pobreza e a exclusão social são numericamente mais expressivas nesses grandes centros urbanos. Assim, mais de ¼ da população que vive em zonas rurais encontra-se em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que mais de 1/5 está em risco de pobreza monetária, cerca de 8% vive em agregados com intensidade laboral muito reduzida e cerca de 5% encontra-se em privação material severa. No entanto, 41.3% da população em risco de pobreza ou exclusão social reside nas áreas densamente povoadas. No total, residem nos grandes centros urbanos 918 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social.

Gráfico 15: Indicadores de pobreza ou exclusão social por grau de urbanização do território em Portugal, ICOR 2018 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_peps13; ilc_li43; ilc_lvhl23; ilc_mddd23)

Gráfico 16: Distribuição da população em risco de pobreza ou exclusão social por grau de urbanização do território em Portugal, ICOR 2018 (Nº - Milhares)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_peps13; ilc_li43; ilc_lvhl23; ilc_mddd23)

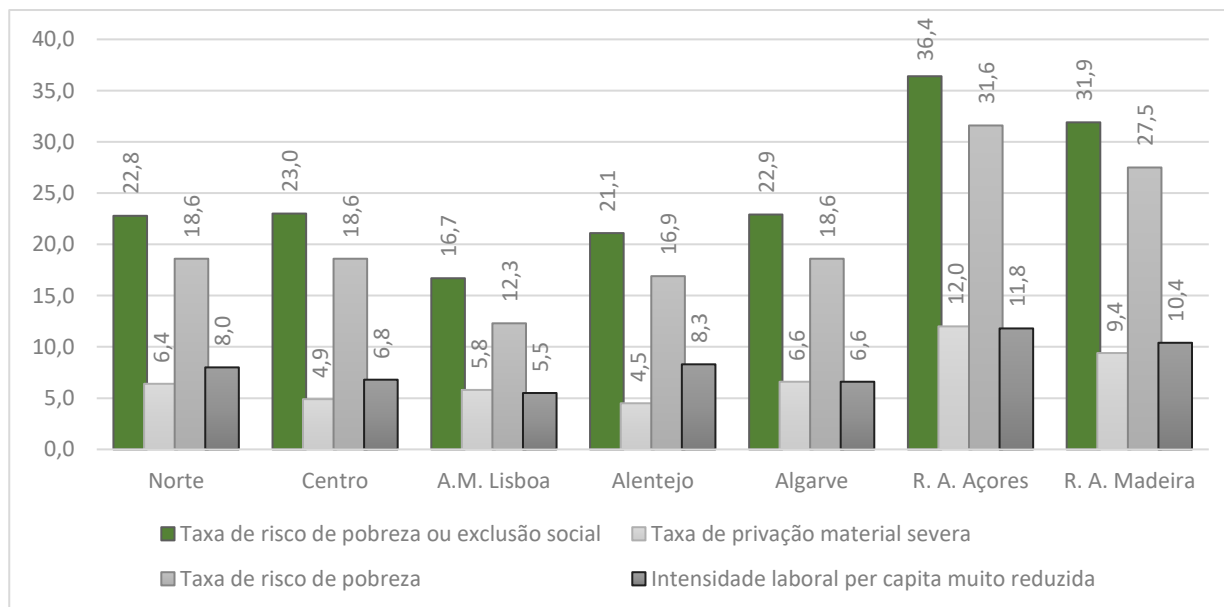
Nota1: Legenda dos círculos do círculo exterior para o círculo interior: 1º (exterior) Risco de pobreza ou exclusão social; 2ª Risco de pobreza; 3ª Intensidade laboral muito reduzida; 4ª (interior) Privação material severa

Nota2: Os dados reportam aos resultados do ICOR 2018 e têm a seguinte referência temporal: Risco de pobreza ou exclusão social – 2018; Risco de pobreza monetária – 2017; Intensidade laboral muito reduzida – 2017; Privação material severa – 2018

Se olharmos para a evolução dos dados percebemos uma tendência de redução da pobreza ou exclusão social nas áreas medianamente povoadas desde 2009, ainda que com alguma flutuação no período de crise económica e social, em contraposição com um aumento da incidência desta vulnerabilidade nos grandes centros urbanos desde 2009 até ao pico da crise económica e financeira. Posteriormente há uma redução gradual da pobreza e exclusão social nos grandes centros urbanos desde 2015, tendo atingido em 2018 o seu valor mais baixo. No caso das zonas rurais, encontramos também uma redução da pobreza ou exclusão social entre 2004 e 2018, mas com um aumento desta vulnerabilidade durante o período de crise menos intenso comparativamente com os grandes centros urbanos.

Voltando a nossa análise para a NUT II, destacam-se a elevada incidência de pobreza ou exclusão social, nos seus diferentes indicadores, nas regiões autónomas. É apenas nas regiões autónomas que encontramos taxas de pobreza ou exclusão social superior a 30%, chegando a atingir mais de 36% na R.A.A. De facto, a R.A.A apresenta a maior incidência de pobreza monetária, intensidade laboral muito reduzida e privação material severa do território nacional. Pelo contrário, encontramos na A.M.L. os valores mais baixos do território nacional referentes à taxa de pobreza monetária e à intensidade laboral muito reduzida. Apenas no indicador de privação material severa encontramos uma incidência mais baixa na Região Centro e no Alentejo, ainda que a A.M.L. mantenha uma taxa inferior à média nacional (6%). A Região do Alentejo também se destaca com uma taxa de pobreza ou exclusão social inferior à média nacional, tal como ocorre relativamente à pobreza monetária e à privação material severa. É ao nível da intensidade laboral muito reduzida que o Alentejo apresenta uma taxa elevada, sendo a maior do território continental.

Gráfico 17: Pobreza ou exclusão social por NUTs II, ICOR 2018 (%)



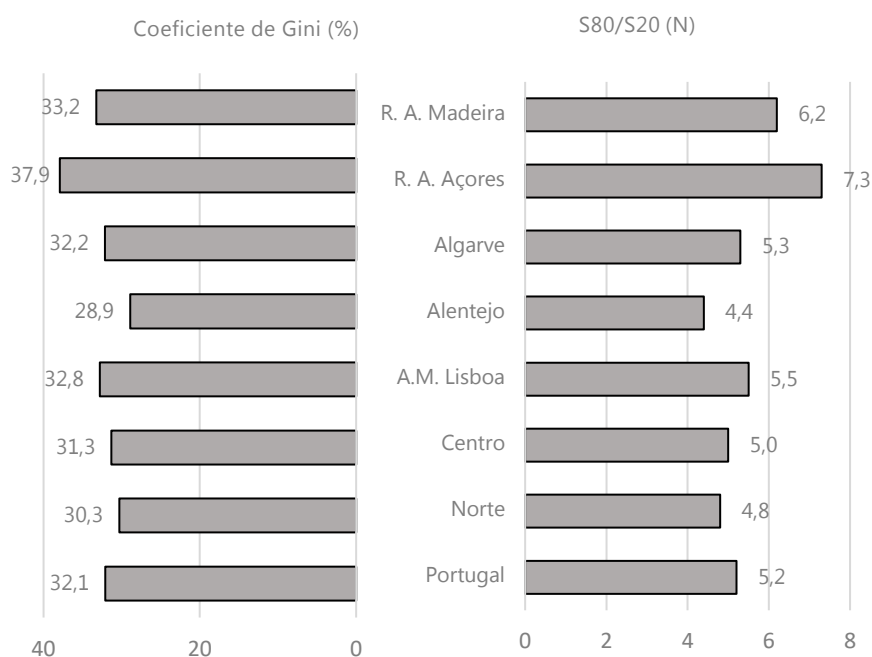
Fonte: INE, Rendimento e Condições de Vida

Na dimensão da pobreza monetária é possível a análise dos dados por duas perspetivas distintas: a utilização do limiar de pobreza nacional e o cálculo do limiar de pobreza tendo como referência o rendimento mediano de cada região. De facto, encontramos no território nacional grandes diferenças na distribuição do rendimento monetário disponível por adulto equivalente. Tendo em conta a mediana do rendimento em 2017 verificamos que apenas a A.M.L. apresenta um valor (10 943€) superior à média nacional (9 346€). A segunda região com maior rendimento mediano é o Centro que apresenta uma

diferença de 2% face ao rendimento mediano nacional. No caso da R.A.A. o rendimento mediano encontra-se quase 20% abaixo da mediana nacional.

Paralelamente às diferenças de rendimento, encontramos também graus diferentes de desigualdade dentro destes territórios. Novamente é nas regiões autónomas que se verificam maiores níveis de desigualdade, sendo a R.A.A. a que apresenta piores resultados: 20% população com rendimentos mais baixos auferia 7.3 vezes menos que a população com rendimentos mais altos (20%). Relembre-se que a média nacional para o indicador S80/S20 foi de 5.2. No território continental é a A.M.L. que apresenta maiores níveis de desigualdade, em oposição ao Alentejo a que apresenta os valores mais baixos.

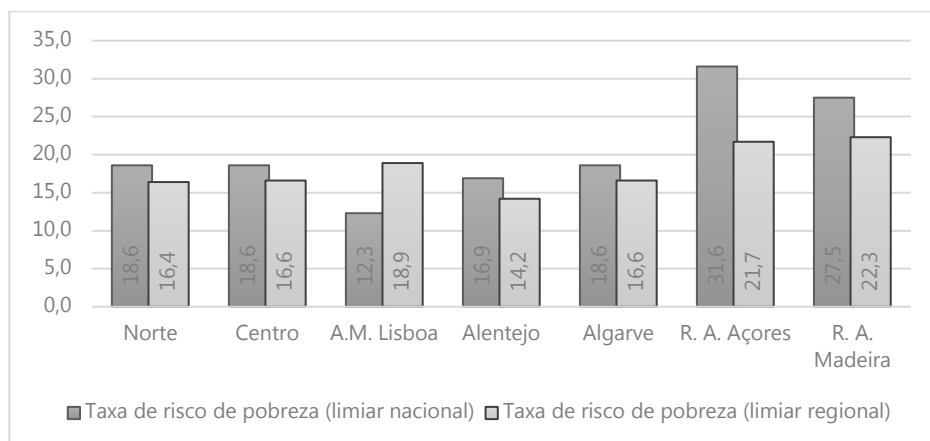
Gráfico 18: Coeficiente de Gini (%) e S80/S20 (N) por NUTs II, ICOR 2018



Fonte: INE, Rendimento e Condições de Vida

Esta conjunção entre diferentes rendimentos medianos e diferentes níveis de desigualdade interno levam a que a incidência do risco de pobreza nestas regiões calculado com base nos rendimentos medianos regionais apresente resultados significativamente diferentes da taxa de risco de pobreza com base no limiar de pobreza nacional. Assim, a taxa de risco de pobreza nas regiões autónomas apesar de permanecer mais elevada que no restante território nacional apresenta valores claramente mais baixos quando calculada com base nos rendimentos medianos destas regiões. Por outro lado, é a R.A.M que se destaca como a região com maior incidência de risco de pobreza (22.3%). No território continental também encontramos um panorama significativamente diferente. A A.M.L. que apresentava com o limiar nacional a menor taxa de risco de pobreza, é a região que apresenta a maior incidência quando considerando um limiar calculado com base nos rendimentos medianos regionais (18.9%). De facto, com rendimentos medianos superiores à média nacional, mas também com um nível elevado de desigualdade de rendimento, a vulnerabilidade económica de uma parte importante da população residente nesta área metropolitana torna-se invisível quando considerado o limiar nacional. Neste novo cenário é a região do Alentejo que apresenta uma menor taxa de risco de pobreza (14.2%).

Gráfico 19: Risco de pobreza por NUTs II calculada com base no limiar nacional e regional, 2017 (%)

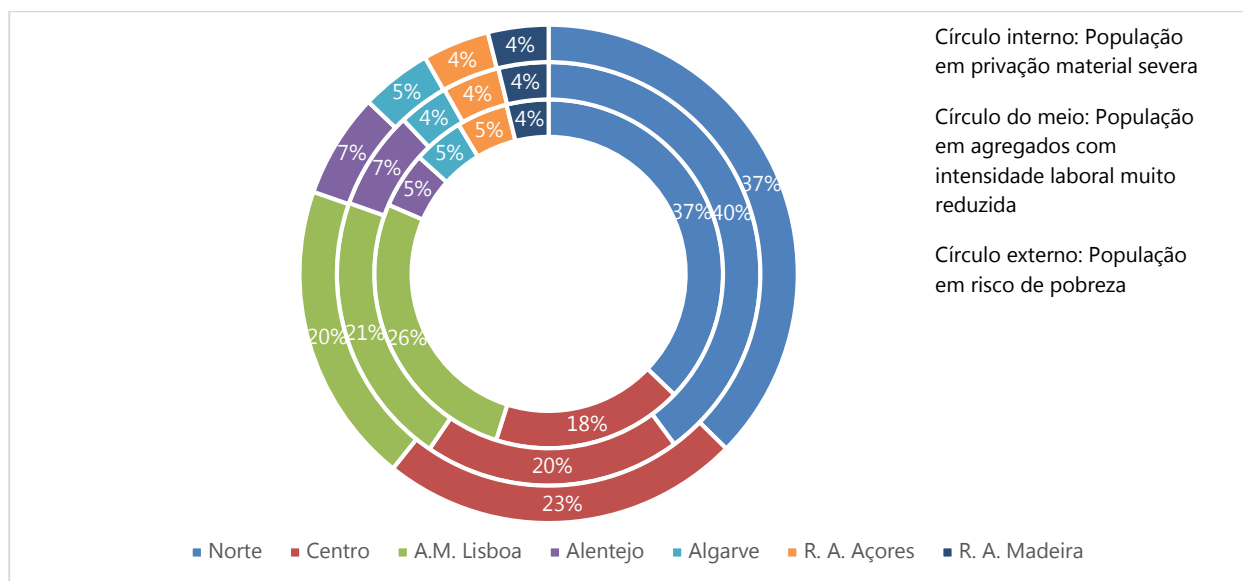


Fonte: INE, Rendimento e Condições de Vida

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

Ao longo deste relatório já foram apresentados alguns dados de caracterização da população em risco de pobreza ou de exclusão social. Importa, no entanto, de forma sucinta proceder à caracterização geral desta população segundo os dados disponíveis no Eurostat. Começando pela dispersão territorial, é na Região Norte que reside o maior número de pessoas em pobreza ou exclusão social: 814 mil pessoas, correspondendo a cerca de 37% da população em risco deste tipo de vulnerabilidade social e económica. Mais de 80% da população em risco de pobreza ou exclusão social concentra-se em três regiões: Região Norte, Região Centro e A.M.L. Note-se que estes dados refletem sobretudo a distribuição da população residente pelo territorial nacional. Segundo as estimativas anuais do INE para 2018, Região do Norte concentra cerca de 35% da população residente em Portugal e cerca de 84% da população encontra-se a residir nas três regiões referidas.

Gráfico 20: Distribuição da população em situação de risco de pobreza, em agregados com intensidade laboral muito reduzida e em privação material severa por NUTs, ICOR 2018 (%)



Fonte: INE, Rendimento e Condições de Vida

Continuamos com uma população em situação de pobreza ou exclusão social que é maioritariamente feminina, quer num cálculo global, quer individualmente em cada um dos indicadores associados à pobreza ou exclusão social. Em termos etários destaca-se a população adulta entre os 18 e os 64 anos que corresponde a cerca de 62% da população em risco de pobreza ou exclusão social. A população com 65 anos ou mais aumentou face a 2017 e corresponde ao segundo grupo etário mais representado entre a população vulnerável.

Esta é uma população que reside maioritariamente nas áreas densamente povoadas (41%). Apesar de uma parte significativa das pessoas em pobreza ou exclusão social residir nas zonas rurais (32%), é sobretudo em termos de risco de pobreza monetária que se sobressai o peso desta população rural. Nos restantes indicadores, ou seja, em termos de intensidade laboral muito reduzida e privação material severa o peso da população que reside nos grandes centros urbanos aproxima-se da metade destas populações (45% e 56% respetivamente)

Tabela 6: Distribuição da população em risco pobreza ou exclusão social em Portugal (Nº - Milhares e %)

População vulnerável segundo indicadores de pobreza ou exclusão social				
	ICOR 2018		ICOR 2017	
	Nº	%	Nº	%
	(Milhares)		(Milhares)	
Risco de pobreza ou exclusão social				
Total	2222		2399	
<i>Género</i>				
H	1024,0	46,1%	1098,0	45,8%
M	1198,0	53,9%	1301,0	54,2%
<i>Grupo Etário</i>				
<18	381,0	17,1%	431	18,0%
18-64	1 372,0	61,7%	1516	63,2%
65 anos ou mais	470,0	21,2%	451	18,8%
<i>Grau de urbanização do território</i>				
Áreas densamente povoadas	918	41,3%	1042	43,4%
Áreas medianamente povoadas	597,0	26,9%	614	25,6%
Áreas pouco povoadas	707,0	31,8%	743	31,0%
Risco de pobreza				
Total	1777		1887	
<i>Género</i>				
H	806,0	45,4%	870,0	46,1%
M	1017,0	57,2%	971,0	51,5%
<i>Grupo Etário</i>				
<18	167,0	9,4%	180	9,5%
18-64	550,0	31,0%	604	32,0%
65 anos ou mais	254,0	14,3%	232	12,3%
<i>Grau de urbanização do território</i>				
Áreas densamente povoadas	700	39,4%	797	42,2%
Áreas medianamente povoadas	471,0	26,5%	469	24,9%
Áreas pouco povoadas	606,0	34,1%	620	32,9%
Intensidade laboral muito reduzida				
Total	532		599	
<i>Género</i>				
H	266,0	50,0%	289,0	48,2%
M	267,0	50,2%	310,0	51,8%
<i>Grupo Etário</i>				
> 60 anos	532,0		599	
<18 anos	95,0	17,9%	104	17,4%

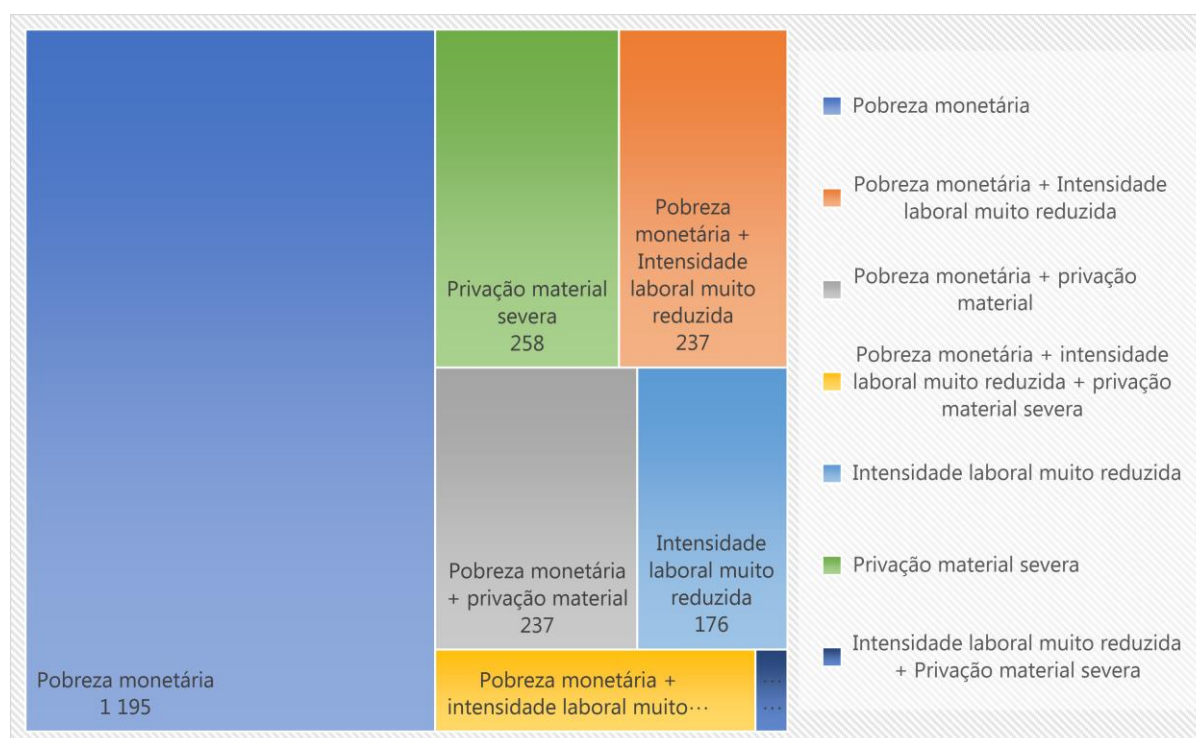
POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL
ANÁLISE DOS DADOS DO EU-SILC/ICOR 2018

18-59 anos	437,0	82,1%	495	82,6%
Grau de urbanização do território				
Áreas densamente povoadas	239	44,9%	268	44,7%
Áreas medianamente povoadas	139,0	26,1%	158	26,4%
Áreas pouco povoadas	154,0	28,9%	173	28,9%
Privação material severa				
Total	615		708	
Género				
H	293,0	47,6%	320,0	45,2%
M	322,0	52,4%	389,0	54,9%
Grupo Etário				
<18	100,0	16,3%	131	18,5%
18-64	378,0	61,5%	422	59,6%
65 anos ou mais	137,0	22,3%	156	22,0%
Grau de urbanização do território				
Áreas densamente povoadas	347	56,4%	368	52,0%
Áreas medianamente povoadas	136,0	22,1%	164	23,2%
Áreas pouco povoadas	132,0	21,5%	176	24,9%

Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_peps01; ilc_peps13; ilc_li02; ilc_li43; ilc_lvhl11; ilc_lvhl23; ilc_mddd11; ilc_mddd23)

No total da população em risco de pobreza ou exclusão social, encontramos maioritariamente uma população que se encontra apenas em risco de pobreza monetária, correspondendo a 11.6% da população residente em Portugal. O segundo maior grupo corresponde à população que vivencia apenas a privação material severa (2.5%), correspondendo a 258 mil pessoas. A população mais vulnerável que agrega simultaneamente uma situação de pobreza monetária, intensidade laboral muito reduzida e privação material severa abrange 109 mil pessoas, ou seja, 1.1% da população nacional.

Gráfico 21: População por situação face à pobreza e exclusão social em Portugal (análise de intersecção de indicadores) (Nº Milhares), 2018



Fonte: Eurostat, EU-SILC (ilc_pees01)

Nota: População em risco de pobreza monetária + intensidade laboral muito reduzida + privação material severa = 109
População em agregados com intensidade laboral muito reduzida + privação material severa = 11

BIBLIOGRAFIA E FONTES

INE (2019f). Rendimento e Condições de Vida: A maioria das pessoas em risco de pobreza residiam nas regiões Norte e Centro - Destaque à Comunicação Social. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística I.P. Consultado a 20.09.2019 em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=354094642&DESTAQUESmodo=2 .

ONLCP (2018). “A outra face da recuperação do emprego: Precaridade e pobreza no mercado de trabalho em Portugal” . Boletim #1, de dezembro de 2019. Consultado a 20.09.2019 em
https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Boletim_dezembro-2018-2.pdf

ONLCP (2019). “Pobreza e condições de habitação: o impacto dos preços de arrendamento” , Em Foco n.º 3, de março de 2019. Consultado a 18.06.2019 em: https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Em-Foco-3_Website.pdf .

Fontes

INE – www.ine.pt

Eurostat - <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/home>

PORDATA - <https://www.pordata.pt/Homepage.aspx>

ANEXO

Lista de siglas ou códigos dos países da União Europeia

EU – União Europeia (EU6-1958, EU9-1973, EU10-1981, EU12-1986, EU15-1995, EU25-2004, EU27-2007, EU28-2013)
EA – Zona Euro (EA11-2000, EA12-2006, EA13-2007, EA15-2008, EA16-2010, EA17-2013, EA18-2014, EA19)
BE - Bélgica
BG - Bulgária
CZ – República Checa
DK – Dinamarca
DE – Alemanha
EE - Estónia
IE - Irlanda
EL - Grécia
ES - Espanha
FR - França
HR - Croácia
IT - Itália
CY - Chipre
LV - Letónia
LT - Lituânia
LU - Luxemburgo
HU - Hungria
MT - Malta
NL – Países Baixos
AT - Áustria
PL - Polónia
PT - Portugal
RO - Roménia
SI - Eslovénia
SK - Eslováquia
FI - Finlândia
SE - Suécia
UK – Reino Unido